

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Curso de Relações Internacionais

**O NACIONALISMO DOS POVOS DA EX-IUGOSLÁVIA NA
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL**

Jorgiana Antonietta Nunes de Azevedo

Brasília/DF

2005

Jorgiana Antonietta Nunes de Azevedo

**O Nacionalismo dos povos da ex-Iugoslávia na
Primeira Guerra Mundial**

Orientadora: Raquel Boing Marinucci.

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de bacharelado em
Relações Internacionais do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Brasília/DF

2005

Jorgiana Antonietta Nunes de Azevedo

**O Nacionalismo dos povos da ex-Iugoslávia na
Primeira Guerra Mundial**

Banca examinadora:

Prof.^a Raquel Boing Marinucci
(orientadora)

Prof. Cláudio Tadeu Fernandes
(Membro)

Prof.^a Renata de Melo Rosa
(Membro)

Brasília/DF

2005

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a todos os professores do Curso do UniCEUB, por terem me aberto as portas para conhecimentos que certamente me tornaram uma pessoa mais completa e feliz. A meus pais, Zélia Maria Nunes e Jorge Gilberto Freitas de Azevedo, pela confiança que tiveram nesse meu processo de desenvolvimento acadêmico. A meus amigos, que me impulsionaram nos momentos em que desanimei e me apoiaram nos momentos que mais precisei.

Muito obrigada.

ÍNDICE

Introdução	06
1. O Estado e sua Nação	08
1.1 A Nação	08
1.2 O Nacionalismo	13
1.3 Relação com o Estado	22
2. A Iugoslávia na I Guerra Mundial	29
2.1 As sociedades em conflito	31
2.2 Os conflitos nacionalistas no Leste europeu	37
2.3 O Pan-eslavismo	41
2.4 História e consciência nacional na ex-Iugoslávia	42
2.5 O nacionalismo sul-eslavo na I Guerra Mundial	51
3. A Manipulação do Nacionalismo e o Nacionalismo manipulador	57
3.1 A descoberta da força nacionalista pelo povo	57
3.2 A visão do dominador	62
3.3 Reverberações	67
Conclusão	73
Referências Bibliográficas	76
Referências Eletrônicas	80
Anexos	81

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a remontar o cenário europeu no qual as divergências entre os povos da ex-Iugoslávia culminaram em uma das maiores expressões de hostilidade militar já vivenciadas no mundo: a Primeira Guerra Mundial. No trabalho retoma-se a contextualização física e ideológica desse período é identificar de forma crítica a relação existente entre o nacionalismo que vinha se desenhando ao longo de disputas marcadamente territoriais e a resposta política levada a cabo pelos Estados Nacionais com a explosão da Grande Guerra. O estudo será limitado aos conflitos europeus, uma vez que o estopim de toda a comoção mundial surgiu nas divergências entre os povos desse continente.

Há, em última instância, uma proposta de rastrear o efeito das pressões internas da ideologia nacionalista, desenvolvida desde o século XVIII, sobre o posicionamento estratégico e político dos países envolvidos no conflito. Passa às vezes despercebida a posição coadjuvante a que é relegado o “espírito nacionalista”, como se seus efeitos fossem sentidos apenas internamente nos países ou como se não passasse de um jargão típico dos profissionais da área, já descrito e catalogado. Propõe-se resgatar a mutabilidade desse “jargão” conferindo-lhe seu caráter passional, relativo ao país, povo, ou mesmo grupo, a partir do qual explicam-se tanto momentos de satisfação quanto de indignação em relação aos governos nacionais. Assim, vêm à tona impulsos que mais tarde viriam a se repetir em diversos outros conflitos ao longo da história, envolvendo outros atores porquanto as Nações são inerentemente diferenciadas, já que uma Nação é sempre o resultado da história, uma obra de séculos.

No início do século XX, os povos não podiam ainda enxergar-se como uma comunidade nacional porque até então seus próprios países estavam à mercê de ataques externos que

constantemente tolhiam sua autodeterminação. O avanço das sociedades colocava-nas perante uma necessidade de desenvolver identidade própria para que crescessem seguindo seus interesses e tendências.

Além disso, o estudo se dispõe a quebrar com a visão limitada de restringir a Primeira Guerra Mundial às expansões territoriais, em contraposição à Segunda Guerra Mundial, essa sim, imersa em nacionalismo extremado. É de relevante importância esclarecer por meio deste trabalho que a explosão do nacionalismo tem raízes mais profundas, mesmo que menos perceptíveis que a eugenia que viria a estagnar o mundo na Segunda Grande Guerra. Deve haver a percepção de que o nacionalismo é presença constante e efetiva nos conflitos, antes, durante e depois das duas Guerras Mundiais. O sentimento nacionalista é uma variável extremamente importante para se explicar qualquer conflito internacional do passado, presente ou futuro.

Destarte, será discutida a teorização dos conceitos envolvidos na questão da nacionalidade em um Estado, partindo do princípio do que o indivíduo busca com a socialização. É também importante discutir o desenvolvimento do pensamento estratégico de guerra, já que é um dos propósitos do trabalho identificar se existe cumplicidade entre os povos da ex-Iugoslávia e o envolvimento do seu Estado na Primeira Guerra Mundial.

Mais à frente cabe a contextualização dos povos, sua história, anseios e obstáculos para alcançarem sua realização como uma Nação propriamente dita. Para tornar a análise mais completa, também será levantada a discussão pelo ponto de vista do dominador.

Por último, o objetivo que se busca é apresentar conclusões a partir do que foi abordado anteriormente, unindo as concepções de nacionalidade com a do Estado e identificando em que ponto estes se encontravam: se o nacionalismo era à época manipulado pelo Estado, ou se era o apelo popular que manipulava as ações estratégicas do Estado na guerra.

1. O ESTADO E SUA NAÇÃO

Nesse primeiro capítulo será delimitada a base para a interpretação da relação entre o Estado e sua Nação procedente. Em primeiro lugar, deve-se identificar a conceituação dos termos recorrentes em qualquer estudo que se proponha fazer sobre o Nacionalismo: Nação, cultura, tradição, entre outros. Tais pontos serão debatidos ao longo de uma breve explanação de caráter informativo sobre o surgimento da Nação, os aspectos que levam ao nacionalismo e qual a interação existente (considerando-se que haja uma) entre a Nação e o Estado que a ela deu corpo. Neste momento, cabe moldar também as expectativas de um em relação ao outro (Estado e Nação) para, por fim, considerar nos próximos capítulos o sucesso ou fracasso em se alcançar o que na teoria era pretendido.

1.1 A Nação

Entendida a partir do período moderno como estritamente ligada a um Estado nacional, a Nação remonta estudos clássicos que se aventuraram na descrição da inevitabilidade do agrupamento social ligada aos primórdios da racionalização humana. Autores como Rousseau e Hobbes abriram caminho para estudos posteriores ao defenderem a existência de um *contrato social* que teria sido firmado entre os indivíduos¹. No presente estudo, não havendo conveniência em tratar a fundo tais concepções clássicas, raciocínios mais recentes que as tomaram por base mostram-se bastante necessários para que se prossiga com o entendimento de um povo.

A associação de indivíduos é vista pela maioria dos autores contemporâneos como a soma de fatores objetivos (a simples escolha pessoal de passar a pertencer ao grupo) e subjetivos (o

¹ A argumentação desses autores é formulada com base na busca consciente pela melhoria do bem-estar ou no simples instinto de preservação pessoal, respectivamente.

agrupamento a partir de um sentimento comum entre os indivíduos). Hobsbawm², proeminente historiador, tem a opinião de que pertencer a uma Nação não é essencial nem para a existência social, nem para a identificação individual de membros de uma comunidade. Por outro lado, o sociólogo Bauman³ aponta a busca por acolhimento e proteção pessoal como motivações integrantes da formação de uma comunidade, não se distanciando muito, portanto, da teoria política dos expoentes já citados (Hobbes e Rousseau).

De uma forma ou de outra, vigora a percepção de que o primeiro aspecto que se busca quando da associação com outras pessoas é a similaridade, ou seja, o reconhecimento no “outro” de algo que nos caracteriza. Para identificarmos-nos com nossos semelhantes, devemos, a princípio, destacar as características que identificam a nós mesmos, o que só é possível quando se tem em vista o que nos difere dos outros. Assim, nosso lugar de determinação é a oposição em relação ao que – ou a quem – não somos, em que definimos o que nos é familiar (acolhedor e seguro) e o que nos é estranho (ameaçador e imprevisível). A repulsão pelos que não conhecemos se explica pelo temor de que o que nos é estranho seja passível de causar-nos algum prejuízo. Esse prejuízo pode ser a fragilização do nosso núcleo social pela introdução de idéias que seduzam indivíduos a não mais desejarem partilhar de nossa sociedade, ou pode ser o medo de sermos privados do que acreditamos pertencer a nossa comunidade.

Principalmente quando evolui para um sistema social mais complexo, toda e qualquer comunidade tem nesse contato com seus diferentes um perigo latente, pois é por meio do canal com o exterior da comunidade que novas ideologias e pontos de vista são absorvidos: em curto prazo, esse contato só teria como reflexo mais uma mutação natural e inevitável; em longo prazo,

² Eric Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, passim.

³ Zygmunt Bauman. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, passim.

pode significar o abandono de práticas e até instituições tradicionais, revolucionando a base mesma dos diversos núcleos que a compõem (familiar, regional, hierárquico etc.)⁴. Por outro lado, o contato com o exterior também destaca nossas peculiaridades, semeando um sentimento de engrandecimento de nossa comunidade que persiste fiel a sua cultura em meio a tantas ameaças de fragmentação. Quando esse sentimento nasce em indivíduos particulares dentro da sociedade, resulta em individualismo; quando nasce no seio da comunidade, resulta em apego à identidade social.

A individualidade, tida como isolacionismo, embora aparente ser um sinal de descrença no sistema de funcionamento da sociedade, não é necessariamente um indício de afastamento voluntário de todas as práticas sociais, portanto, nem sempre compromete a partilha e defesa dessa identidade. O individualismo é apontado por Durkheim como produto da divisão do trabalho, ramificação da industrialização⁵. Em seu trabalho “A Divisão Social do Trabalho”, Durkheim atesta que o declínio de importância das crenças morais tradicionais nas sociedades modernas, comprovado pelo crescente individualismo, não implica na desintegração da comunidade.

O aparato de defesa da sociedade contra sua autodestruição a partir de seus membros ao defrontar-se com a extinção da homogeneidade social foi a adaptação pela especialização complementar, de forma que nenhuma variante social se tornasse obsoleta. Para defender essa posição, o autor define o paralelismo entre dois tipos de solidariedade que podem ser percebidas

⁴ Ibid., p. 18.

⁵ Anthony Giddens em sua obra “Capitalismo e Moderna Teoria Social” atribui a Durkheim a explicação de que a divisão do trabalho força o desenvolvimento de diferentes talentos, capacidades e atitudes relativas a grupos específicos, e não partilhados por todos os membros da sociedade. Dessa forma, Durkheim condena a educação uniformizada para que se promova a personalidade de acordo com as características pessoais (GIDDENS, Anthony. *Capitalism and Modern social theory – An analysis of the writings of Marx, Durkheim and Marx Weber*. New York: Cambridge University Press, 1974. p. 73).

em uma sociedade: a orgânica e mecânica. A primeira vem ganhando mais espaço com o desenvolvimento e expansão das sociedades, figurando a substituição de uma comunidade segmentada de núcleos semelhantes (solidariedade mecânica) pela comunidade composta por indivíduos únicos, cada qual desempenhando um papel definido e complementar (solidariedade orgânica). Na estabilidade orgânica são estabelecidos múltiplos contratos individuais, pressupondo a aceitação de normas que inerentemente implicam em um comprometimento moral entre os membros da sociedade⁶. O individualismo, portanto, desemboca em tramas de relacionamentos interpessoais que garantem a existência de uma moral própria para o funcionamento desse sistema de cooperação, já que há interdependência funcional entre os indivíduos⁷.

Assim, a ação cooperativa catalisa o adensamento dos laços sociais e age na tentativa de reforçar a segurança do grupo, fortificando a rede interna de relações ao torná-la impermeável à infiltração externa. O funcionamento da comunidade então passa a ser gerido por uma unidade que, mesmo quando confrontada com experiências de outras comunidades, luta por manter-se íntegra no próprio caminho pela busca do bem-estar de seus membros. Imbuída desse sentimento, elege (ou inventa, se necessário) símbolos ideológicos do orgulho comunitário, algo que somente a ela pertence e que destaca seus adjetivos basilares. Essa é a *autodeterminação* no exercício da preservação do cimento social, já que as mudanças, internas ou externas, exigem uma adaptação que mantenha a opinião de que é desejável manter-se membro da comunidade em detrimento de almejar o prestígio de outra comunidade.⁸ Ao longo desse processo contínuo de adaptação

⁶ Ibid., p. 72.

⁷ Vale lembrar que não se deve confundir o individualismo com egoísmo: este é nocivo para a sociedade porque impossibilita a ação solidária; aquele é sentimento de valoração do indivíduo porquanto age participativamente da sociedade.

⁸ Eric Hobsbawm; Terence Ranger (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9 - 23.

constrói-se a identidade, ou melhor, aprimora-se a identidade, já que a eterna reformulação é a única garantia de sua sobrevivência.

Apesar de a vertente acima referida ser a utilizada ao longo deste trabalho, é necessário enfatizar que o estudo acerca da construção do conceito de Nação envolve também a análise das teorizações que buscaram seus impulsos primários não só nos fatores voluntários, mas também nos naturais e tradicionais⁹. Em sua maioria, essas opiniões têm por base o determinismo natural (ou biológico) e o determinismo geográfico para a explicação das diferenciações das sociedades humanas.

Um expoente defensor do determinismo geográfico é Montesquieu, estudioso dos fenômenos sociológicos tomando por base os fatores apresentados pelo meio. Para esse autor, o clima e o solo influenciam diretamente os aspectos fisiológico, nervoso e psicológico dos indivíduos em dada região. Em sentido macro, essa influência surte efeitos também sobre a edificação de instituições, não as determinando preponderantemente, mas orientando-as em uma certa direção. Assim, o ser humano estaria à mercê dos fenômenos naturais e das instituições sociais (religião, leis etc.). Essas variáveis, somadas às peculiaridades históricas da sociedade (tradições) resultam no espírito geral, produto então, de um conjunto de causas físicas, sociais e morais. Mesmo a diferença entre as diversas legislações dos países pode ser explicada a partir da análise das variáveis que se lhes apresentam no meio¹⁰.

Porém, os fatores naturais não podem ser considerados tão determinantes, já que um pressuposto básico que se tem pela observação do ser humano é sua extraordinária adaptabilidade às condições do meio. Dessa forma, a influência mais predominante sobre as ações humanas não

⁹ NACIONALISMO. In: Nicola Abbagnano. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 694-695.

¹⁰ Raymond Aron. "Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu". In: _____. *As etapas do pensamento sociológico*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 19-67.

é tanto o meio ou características biológicas, mas a cultura que se desenvolve com base nesse meio. Aqui não cabe o entendimento de cultura a partir da concepção de Tylor¹¹ de que as diversas culturas diferem entre si pelo estágio evolucionário atingido pelas sociedades que as praticam. É válida, porém, a concepção de Kroeber¹², pela qual o homem superou suas limitações orgânicas utilizando-se de sua inteligência e, ao realizar ações que modificavam o meio como lhe conviesse (copiadas por seus descendentes), fez gerar a cultura local. É esse o espaço que permite um entendimento do desenvolvimento multilinear, na qual as sociedades partilham do mesmo patamar evolutivo, mas são dirigidas por impulsos diferentes de acordo com o ambiente em que se estabeleceram.

Em consonância com seu meio, os indivíduos passaram a formar sociedades e Nações, muitas vezes tomando o território como parâmetro de identificação social. Tendo em vista a formação de uma Nação, infere-se a importância da identidade nacional para a sobrevivência de uma Nação. É a bandeira nacional, empunhada pelo próprio povo, que desempenha a mais potente arma de defesa da Nação contra a subjugação por outras nações. É esse espírito de orgulho, amor e defesa da coletividade que se é parte componente o chamado “nacionalismo”.

1.2 O Nacionalismo

O século XIX trouxe consigo a elevação do Estado nacional e da participação das instituições nacionais na formação de um povo. Assim, o que até o século XVIII era taxado como sendo um “povo”, pressupondo um pacto social velado pelas tradições e por fatores naturais, passou a agregar a relevância de vínculos independentes da vontade individual (como a religião,

¹¹ Cf. Edward Tylor. *Primitive Culture*, 1871. In: LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 33.

¹² Cf. Alfred Kroeber. *Estudos de Organização social*. In: LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. p. 42.

língua etc.) no intuito de conceber uma “Nação”¹³. Aponta no universalismo setecentista a deficiência de enquadrar toda e qualquer sociedade sob uma mesma ótica, como se todas estivessem submetidas a condições idênticas de formação.

Um dos maiores obstáculos em se estudar as origens do nacionalismo é a impossibilidade do resgate dos primórdios do sentimento particular de antes do século XX. Isso porque a maioria absoluta da população mundial era composta por analfabetos, de onde se entende que os instrumentos de referência por excelência – produções escritas – dizem respeito ao ponto de vista específico de uma minoritária elite instruída, colonizadores, ou similar parcela líder no grupo. No entanto, mesmo sem se poder delinear a trajetória seguida pelo nacionalismo ao deixar de ser uma crença para se tornar uma ideologia¹⁴, basta constataremos que sua crescente importância deve-se à ampliação do seu poder de controle e direção sobre o comportamento dos homens.

Pelo que se pode perceber dos estudos que buscam resgatar a história do nacionalismo, tal ideologia surgiu na história social das comunidades como um novo paradigma que veio a suplantiar o entendimento que vigorara até o início do século XIX de que o reconhecimento possível entre os indivíduos como membros de um só agrupamento restringia-se às divisões locais, de parentesco, de dinastias, ou de submissão a um senhor. Mais precisamente, só em 1884 houve a preocupação formal de estender o entendimento de “Nação” além da percepção de um “agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino”, passando a ser “‘um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum’ e também ‘o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um ‘todo’”¹⁵.

¹³ Abbagnano, op. cit., p. 694-695.

¹⁴ Neste trabalho, toma-se por *ideologia* a expressão de interesses ou necessidade de um grupo social, em detrimento da concepção original marxista (que entendia ser ideologia um conjunto de crenças que prevaleceram em cada fase das relações econômicas).

¹⁵ Eric Hobsbawm. *Nações...*, op. cit., p. 27.

Há de se considerar, no entanto, que o desenvolvimento do nacionalismo até ligar-se a uma identidade nacional, como o conhecemos hoje, passou por etapas necessárias à assimilação da sociedade e seu subsequente engajamento nas causas “nacionais”. Dessa forma, a criação de uma Nação seria um passo na direção do aprimoramento social, considerando-se que a complexidade referente à politização é sinônimo de “aprimoramento” do funcionamento da comunidade. A distância entre “comunidade” e “sociedade” também é percebida no desenvolvimento da consciência política, pois aquela se refere unicamente à vida em conjunto, enquanto essa se determina no que é público, ou seja, de domínio de todos aqueles considerados “membros”.

No início do século XIX a Europa passou a deparar-se com um abalo em sua estrutura proveniente da industrialização e do discurso liberal, o que redefiniu a ordem mundial e os papéis sociais. Num contexto que deixava de ser agrário para se tornar industrial, o declínio da fé religiosa cada vez menos provia as pessoas de explicações sobre o corrente estado das coisas e, somado à paralela massificação dos trabalhadores em uma “classe”, instigou o questionamento sobre o efetivo pertencimento dos indivíduos a um grupo. Tais mudanças criaram a necessidade da alfabetização e educação formal, uma vez que a industrialização exigia um certo grau de qualificação para o manuseio do maquinário e criava novas linhas de comunicação que deveriam ser dominadas pelos funcionários. A educação tornou-se então como uma “precondição da utilidade social”¹⁶.

A falta de personalização e o imediatismo característicos desse período fundiram todos das classes baixas em uma única massa disforme, suplantando toda e qualquer diferença pela

¹⁶ Ernest Gellner. “Nação”. In: Outhwaite; Bottomore. *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 507-508.

oposição “empregado-dono dos meios de produção”, afastando os resquícios de personalidade que ainda existiam. Convenientemente, o Estado podia se valer da educação como instrumento de disseminação de valores nacionais de unificação, que em última instância o legitimariam, em detrimento dos valores culturais que o estratificavam. Essa legitimação política é critério para a autonomia da ação estatal e aparentava única forma de manter a sintonia dos membros do Estado. É esse o momento em que emerge uma identidade uniforme sob o escopo de um governo.

Com a incessante mutabilidade interna dos países, suas histórias eram construídas e, com elas, os símbolos nacionais e as tradições também eram renovados, adaptados, ou simplesmente abandonados em prol de algo totalmente reformulado. A construção da identidade nacional implica não só a instituição de uma tradição (o que acontece quando falha no desempenho dessa função o compartilhamento de interesses e não há identidade óbvia entre os membros), mas principalmente a adoção pelos populares daquela tradição como seu próprio passado, ou seja, “é ao mesmo tempo, receber a herança e fazê-la frutificar”¹⁷. Ao se tornar uma crença geral, mesmo as dúvidas acerca das origens de um costume dissipam-se. Então, o ideal é que se tenha cumplicidade entre povo e governo para que um costume seja efetivado com ganho para ambos: o costume estabelece margens para o comportamento social auxiliando o funcionamento do sistema governamental; a tradição proporciona aos membros da comunidade a sensação de segurança e previsibilidade que primariamente buscaram ao formar um grupo social, no qual podem sentir-se incluídos pelo compartilhamento de costumes.

Relativa à intenção do Estado, há uma conexão com o passado real do povo, desde que não retome discrepâncias internas entre os povos que formaram a Nação. Nesse processo, é preocupação do Estado acompanhar as mudanças sociais ao mesmo tempo em que refreia a

¹⁷ Hegel. “O ensino da Filosofia”, apud, ABBAGNANO, op. cit., p. 966-967.

explosão de diversos movimentos concomitantes que possam ser incompatíveis entre si, o que abalaria as estruturas sociais. Dessa forma, o surgimento de uma classe média com interesses próprios e perspectivas de crescimento desvinculados da vontade de um nobre, às vezes até mesmo desvinculados da vontade do governo centralizador vigente, representava grave ameaça ao controle que o Estado mantinha sobre a sociedade. A classe burguesa ocupava então uma inédita posição, intermediária entre os mais abastados e os servos. No caso específico da Grã-Bretanha, o surgimento da classe média burguesa representava a decadência da monarquia, motivo pelo qual a exaltação da continuidade por meio dos rituais tornou-se de grande influência no imaginário popular. O oposto aconteceu na Alemanha, Áustria e Rússia, países em que os cerimoniais recorriam à influência real nas transformações que ocorriam, de acordo com a conveniência do Estado que pretendia evocar o passado real da Nação¹⁸.

Aqueles que não tinham ainda definição nem unidade política em relação ao governo central recorreram a uma identificação nacional mais complexa, com símbolos eleitos a partir do folclore e mitologia, ou com a identificação “do que não se é”, ou seja, pela determinação de seus inimigos. Repete-se no âmbito externo ao país o que se acredita ter impelido o agrupamento entre os indivíduos e já discutido aqui anteriormente (afastamento dos não-pertencentes ao grupo), o que conferiu à sociedade união em nome da oposição às outras Nações. Essa foi a gestação do nacionalismo como sentimento de orgulho patriótico, concomitante à adversidade em relação aos outros povos. Essa separação entre interno e externo concretizou-se na adoção de tradições ufanistas que contrastavam a ideologia de um povo em relação a outros.

¹⁸ David Cannadine. “Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a ‘Invenção da Tradição’”, c. 1820 a 1977. In: HOBSEBAWM (Org.). *A invenção das tradições*, op. cit., passim.

Vê-se então a concretização de uma complementação entre o Estado e sua Nação, reforçada ainda pelo surgimento de uma “economia nacional” que se propunha a salvaguardar os interesses de sua sociedade pelo aprimoramento de vias que acrescentassem qualidade ao bem-estar social. Isso se deu por meio da percepção de que “qualquer alteração nas fronteiras do estado ou em sua política acarretava consideráveis e duradouras conseqüências materiais para os cidadãos”¹⁹. A vida civil, como palco de atividades dos indivíduos, existia pelo Estado, já que as leis e padronização administrativa uniram os membros de comunidades distintas sob uma única cidadania. Assim, os impulsos da invenção de tradições ocorreram (e ainda ocorrem) tanto na direção ascendente quanto na descendente, embora as transformações iniciadas pelas classes altas sejam muito mais facilmente absorvidas pelas classes inferiores. O voto emergiu como o mecanismo de inclusão por excelência.

Já no começo do século XX, a construção de uma imagem deve muito ao desenvolvimento dos meios de comunicação (desde 1880), mas somente em 1908 houve uma sinalização da inclusão de independência e unidade política em detrimento da centralização da unidade étnica no conceito de Nação. Essa necessidade de diferenciação em relação a outras Nações, trazida pela nacionalização, acarretou num anseio pelo separatismo e pela autonomia, porém esse impulso deveria ser monitorado pelo Estado, pois a segregação fragiliza a comunidade expondo-a ao risco de não garantir sua continuidade senão pelo isolamento. Pela teorização contemporânea de o que vem a ser uma Nação, não só a desenvoltura política confere a uma comunidade o caráter “nacional”: também sua magnitude define sua inserção ou exclusão do que se entende hoje por Nação, pois como a direção que se segue é a do desenvolvimento, “a

¹⁹ Eric Hobsbawm. *A invenção...*, op. cit., p. 272.

nação teria que ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica”²⁰.

Toda essa nova realidade exigiu um enorme esforço adaptativo, tanto nas relações pessoais, quanto nas relações dos indivíduos com seu Estado. Este se viu na posição de “filtro de interesses” nem sempre coincidentes (quando não contrários) ao ter que implementar a difícil tarefa de convergir diversos grupos sob sua guarda como um ente de personalidade definida e una. Tendo a volatilidade social em mente, o ideal da justiça social foi transmutado em “uma regra/padrão/medida de ‘direitos humanos’ que passa a guiar a infindável experimentação com formas de coabitação satisfatórias ou pelo menos aceitáveis”²¹. No entanto, ao focar os pontos em comum somos invariavelmente desviados pelas diferenças, a ponto de só restar a acumulação de incompatibilidades. Esse aspecto serve de obstáculo à construção da identidade porquanto ao nos prendermos pela primazia de nossa própria realidade, nos fechamos para a possibilidade de ceder em prol de um bem comum. A resposta para esse impasse, mais uma vez, depende da ação de uma força que transcenda os indivíduos, o Estado, de onde se infere em concordância com Hobsbawm, que “as nações são mais consequência de um Estado estabelecido do que as suas fundações”²².

Tomando por base a premissa apontada por Hobsbawm, pode-se estabelecer uma conexão entre este e Bauman, uma vez que há lógica em inferir que ao se tomar consciência da impossibilidade de um líder – personificação do Estado – se desvincular das características pessoais para alcançar a neutralidade, a individualização passa a ter como efeito colateral a

²⁰ Eric Hobsbawm. *Nações...*, op. cit., p. 42.

²¹ Zygmunt Bauman, op. cit., p. 69.

²² Eric Hobsbawm. *Nações...*, op. cit., p. 93.

incerteza por parte da sociedade quanto aos governantes²³. Os governados não se sentem cúmplices do governo na tomada de decisões, haja vista ser esse governo dirigido por indivíduos sujeitos a pressões de cunho particular. A incerteza e insegurança criadas neste ambiente são obstáculos para a consolidação de resistências, principalmente organizadas, e a perpetuação da falta de diálogo entre as culturas torna ainda mais improvável o surgimento de agentes políticos capazes de gerar uma mudança social. A vontade de sentir-se livre, oprimida quando ocorre a inserção na comunidade, emerge em detrimento da unidade, principalmente em comunidades menos influentes e minoritárias. Para Bauman, a busca pelo reconhecimento deveria ser, idealmente, encaixada no quadro da justiça social, nivelada com as comunidades de maior influência e não encaradas somente como movimentos de auto-realização. A revolta dos grupos que se sentem “traídos” em sua confiança então, acontece não contra a imposição de algo inerentemente ruim, mas em relação ao que eles tinham para si como estranho em relação a sua própria realidade anteriormente compartilhada²⁴.

A transição na direção de uma unidade fez surgir o multiculturalismo no Estado: a unidade social se deparava com a questão do multiculturalismo na fomentação da identidade nacional. Mesmo ao render-se a pressões as minorias não poderiam (nem que o quisessem) renegar seu passado e apagar sua experiência para tornarem-se como a sociedade de destino, mesmo porque esta carrega toda uma história própria que vem sido constantemente reafirmada por seus membros natos. Dessa forma, a suposta assimilação dos grupos minoritários podia ser a qualquer momento questionada e desacreditada, seja por seu passado, seja por serem considerados traidores no presente²⁵. As práticas sociais tiveram que abarcar a inespecificidade

²³ Zygmunt Bauman, op. cit., p. 48.

²⁴ Ibid., p. 72.

²⁵ Ibid., p. 87.

da sociedade gerada pelo êxodo dos indivíduos entre os grupos quando da formação do Estado, o que só seria praticável incutindo um sentimento de unificação interna por meio dos (vagos) valores do “‘patriotismo’, ‘lealdade’, ‘dever’, ‘as regras do jogo’, ‘o espírito escolar’, e assim por diante”²⁶. Aos olhos da maioria, a fusão com o grupo mais influente representava benefício aos grupos minoritários, uma vez que eles escapariam da exclusividade de sua “órbita mental” individualista para compartilhar do movimento do resto do mundo, desconsiderando o caráter impositivo dos novos valores aos quais eles deveriam se adequar. Acima de tudo, a nacionalidade é auto-afirmadora de sua homogeneidade, a diferença é que o que era denominado “povo oprimido” passou a ser denominado “minorias oprimidas”.

*Alternativamente, herança de partes, regiões e localidades do que havia se tornado “a nação” poderia ser combinada em uma herança nacional, de modo que até mesmo os antigos conflitos vieram a simbolizar sua reconciliação em um plano mais elevado e geral.*²⁷

Observando as diferentes percepções acerca da formação de uma nacionalidade, o raciocínio leva a questionar quanto aos fatores práticos dessa formação em complementação aos filosóficos descritos acima. Esses fatores práticos fazem remissão à institucionalização da Nação e ao surgimento de um Estado – representativo do interesse geral. A Nação não pode ser definida a partir de apenas um território ou uma raça porque exige o compartilhamento de uma identidade comum. Porém, os aspectos supracitados têm significativa importância na definição final de Nação ao adicionarmos o caráter político do Estado atribuindo-lhe soberania²⁸. Nesse ponto deve-se analisar não só a formação da sociedade, como foi feito até este momento no presente trabalho,

²⁶ Eric Hobsbawm. *A invenção...*, op. cit., p. 19.

²⁷ Zygmunt Bauman., op. cit., p.111.

²⁸ Claude Lefort. “Nação e soberania”. In: NOVAES, Adauto. *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 62.

mas também a relação da sociedade com seu Estado, considerando as instituições responsáveis pelo bom funcionamento do sistema.

1.3 Relação com o Estado

Com o surgimento do Estado moderno (século XVIII e início do século XIX) caiu por terra a percepção de que a organização social seria fundada em direitos divinos e esses seriam fontes de todo poder governamental, inclusive do soberano. O Estado emerge como defensor máximo da vontade geral, porquanto os indivíduos entram em um acordo tácito de transferência de seus poderes para o ente Estatal conferindo-lhe racionalidade e responsabilidade sobre o funcionamento da sociedade. O alcance do Estado é então moldado pela autodeterminação da sociedade que o cria, porém, a criação de um Estado não é o elemento único do surgimento de uma Nação.

O crescente ganho de liberdade e aumento de participação política das classes burguesas acarretaram na criação de novos paradigmas na sociedade. O Estado passava a ter que aliar no sistema estatal direitos fundamentais, mantenedores do *status quo* e preservadores de algumas liberdades burguesas, aos direitos sociais, esses dinâmicos e garantidores da participação popular no poder político. Marcava-se então a fusão do Estado político com a sociedade civil (a partir do século XIX), fazendo surgir um novo conceito de legitimação, em um Estado Contemporâneo²⁹.

Não só os atores externos (outros estados) representam obstáculos para a criação de um Estado, mas mesmo a autodeterminação interna do povo ergue barreiras para a construção do Estado, uma vez que os indivíduos não agem em uníssono: quanto mais fortes os laços étnicos,

²⁹ Gustavo Gozzi. ESTADO CONTEMPORÂNEO. In: Noberto Bobbio et. alli. *Dicionário de Política*. 5º ed. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2. p. 401.

mais forte a resistência à idealização de unidade política que a todos contemplasse. Pelo lado dos grupos minoritários, a desigualdade na divisão dos recursos observada desde o gênese do Estado reforçou a opinião de que ter suas especificidades respeitadas pouco lhes servia, pois eram atingidos pela imposição de decisões em cujas escolhas não participavam. Mesmo considerando a face utópica que é conferida ao conceito de sociedade, ao deparar-se com a ineficiência da comunidade em atender suas expectativas de segurança e cumplicidade entre os membros, o indivíduo recorre à indiferença, ou na maioria das vezes, ao ressentimento. Resta que as atitudes sejam tomadas por meio de iniciativas voluntárias: a segurança e tudo o mais que o Estado fracassou em oferecer passa a ser fomentado pela comunidade local³⁰.

Em consequência da variedade de interesses e experiências agrupadas, a preocupação com a lealdade ao Estado e ao sistema dirigente frente tamanha diversificação política tornou-se mais latente. Pelas revoluções, a pátria passou a ser um produto eternamente construído pelas novas lealdades, montado na vontade política de seus membros, o que se pode perceber pelo fato de que, com o envolvimento político das massas, a posição dos cidadãos passou a ser menos previsível (ou seja, o posicionamento dos indivíduos antes não-politizados não necessariamente teria um alinhamento automático com o posicionamento de seus senhores). Pela perspectiva dos grupos dominantes, sua união com as demais classes em uma única cidadania tornou esse contato entre classes cada vez mais essencial para o funcionamento do sistema. Esse sistema já houvera sido enfraquecido pelo mesmo pluralismo com o qual tenta então conviver, pois um nivelamento nacional abriu espaço para o questionamento de lealdades, cooperação e obediência por parte dos súditos para com seus senhores, ou seja, questionamento da subordinação em si. Surgia um novo

³⁰ Zygmunt Bauman., op. cit., p.105.

tipo de Estado, de ligações diretas entre governo central e seus súditos³¹. A democratização deixava aberta a janela do alinhamento político particular, a busca por se alcançar os próprios interesses apesar da vontade de um senhor³².

É ao serem agrupados em uma única voz oposta às ameaças externas, compartilhando interesses, experiências e regras, que os indivíduos passam a partilhar de um pertencimento formal a uma sociedade, pertencimento esse independente das divisões de classe. A demonstração de respeito pela pátria, país e governo, representação mesma da Nação que os acolhe, chega muitas vezes a tornar-se um dever moral. Ainda assim, não há como esperar que todos, por iniciativa própria, abandonem resolutamente suas perspectivas personalíssimas em nome da unidade nacional. Isso porque a identificação nacional não garante a imprescindibilidade de as ideologias oficiais dos Estados serem orientadas com os interesses dos cidadãos, e não se garante como única e superior forma de identificação social.

É para preencher essa lacuna que surge a burocratização do Estado, seja trabalhando uma moral coletiva, seja garantindo a segurança e previsibilidade do sistema ao qual as pessoas concordaram integrar-se. A promulgação de leis estipula limites para a ação individual de forma a guiá-la no sentido do que se cogita preferível para todos. Daí emergem os questionamentos sobre a conveniência do uso da coerção, cuja resposta está na percepção de que a adoção de leis representa apenas a materialização do que vem a ser o interesse público. O instrumento adotado como consubstanciação dos interesses, isto é, o centro de gravidade ao redor do qual todos os agrupamentos teriam que gravitar para serem dignos de pertencer à determinada Nação é a Constituição. Ela é a delegação do pacto pelo qual o Estado passava a agrupar os poderes do

³¹ Eric Hobsbawm. *A invenção...*, op. cit., p. 275-286.

³² Karl Marx gera toda uma nova doutrina filosófico-social atestando que a incógnita acerca do posicionamento político seria ainda maior quando se tratasse de um indivíduo pertencente a uma classe relativamente nova, sem lugar determinado no sistema – a burguesia, propriamente dita.

povo, não podendo ser subjugado por qualquer força que não a sua constitutiva (a vontade do povo) e, como a Constituição também regula a expressão popular, esse instrumento acaba por se tornar a personificação da soberania. A lei torna-se um dos argumentos da legitimidade do Estado, pois expressa o interesse geral sob o poder de aplicação da norma pelo Estado³³. Pela soberania atribuída, o Estado passa a ser encarregado de garantir, no âmbito interno, os direitos individuais e, no âmbito externo, a autodeterminação. Esse foi o espaço de surgimento do *cidadão* em lugar do membro de uma coletividade, implicando na desintegração “de qualquer ente coletivo que não fosse o próprio Estado”³⁴. Para Hobsbawm, essa transformação se dá porque o arranjo político havia dado espaço para a voz do povo (esse aumento da participação política marca o fim da *era das revoluções*)³⁵.

Há que se considerar a existência de uma relação entre a aspiração à independência nacional e a aspiração às liberdades políticas, embora a soberania do Estado excluísse os não-proprietários da participação efetiva do poder (e mesmo assim figurassem como contemplados nas decisões Estatais). Na verdade, no início do século XX o Estado assumiu convenientemente o posto de epicentro da formação da Nação, exercendo primariamente sua prerrogativa de incentivar a moral, às vezes, claramente utilizando-se da manipulação.

*Contudo, também parece claro que os exemplos mais bem-sucedidos de manipulação são aqueles que exploram práticas claramente oriundas de uma necessidade sentida – não necessariamente compreendida de todo – por determinados grupos (...). Já se disse que até certo ponto o nacionalismo escapou ao controle daqueles que o consideraram vantajoso para ser manipulado – pelo menos nessa época*³⁶.

³³ Esse tipo de legitimação apontada por Max Weber, taxada de “racional-legal”, será confrontado mais adiante com as outras duas fontes de legitimidade: a “carismática” e a “tradicional”.

³⁴ Carlos Frederico Marés. “Soberania do povo, poder do Estado”. In: NOVAES, Adauto. *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 239.

³⁵ Eric Hobsbawm. *Nações...*, op. cit., p. 101.

³⁶ Eric Hobsbawm. *A invenção...*, op. cit., p. 315.

Vê-se então que a soberania não se refere ao fenômeno da politização social, já que o embrião da soberania começou a desenvolver-se com o sufrágio, mas “o exercício dos direitos políticos em escala de Nação (não esqueçamos que ele continua a excluir o voto das mulheres) só se torna consubstancial ao regime republicano em 1875”³⁷. Surge daí a dúvida sobre a possibilidade dessa participação provocar fragilidade no seio da comunidade, dúvida que trata em seu cerne da necessidade de monitoramento e controle dos interesses dos grupos em nome da sobrevivência da comunidade, ao passo em que se protege a autodeterminação desses grupos.

Essa postura reformula o que Bauman indica ser o paradigma de que uma comunidade avançada seria homogênea, construída em uma base nacionalista e uma liberal. A base nacionalista pregaria a assimilação das variedades a todo custo, pois já que é o sentimento nacionalista que legitima a soberania do Estado, o poder do Estado não poderia admitir competidores: todas as autoridades alternativas eram potenciais focos de sedição. A base liberal revestir-se-ia de respeito à escolha do outro, pois não se proporia à conversão da minoria à força; deter-se-ia a declarar guerra às forças conservadoras das comunidades étnicas e locais. “A primeira significava a aniquilação da diferença, e a segunda a aniquilação do diferente...”³⁸.

Com o desenvolvimento do debate doméstico, possibilitado pela conscientização social, os diversos grupos puderam mostrar-se e tornar públicas suas opiniões. Nesses casos, Max Weber extrai a legitimação “racional-legal”, na qual os valores adotados pela sociedade deveriam ser frutos de uma convergência das racionalidades. A força basilar desse novo sistema é a crença no estatuto, tomando-se como premissa a transferência para a autoridade do poder dos cidadãos por sua livre vontade: a legitimidade emana da fonte que atribui poder ao Estado seguindo um

³⁷ Claude Lefort, op. cit., p. 70-71.

³⁸ Zygmunt Bauman, op. cit., p. 85.

positivismo legal, ou seja, a legalidade não se legitima *per se*. Porém, essa é apenas uma das possíveis formas de legitimação de uma autoridade nacional, focada em algo objetivo (as normas), fundindo legitimidade à legalidade.

Esse não é, no entanto, o tipo de legitimação em voga nos países aqui estudados no período que vai do século XIX ao XX. Por se tratarem de povos envolvidos em batalhas de conquistas e histórias de apropriação e dominação por reinados instituídos de forma indiferente às aspirações populares, convém citar as outras duas fontes de legitimidade apresentadas por Max Weber: a tradição e o carisma.

A legitimação carismática está fundada nas características pessoais da autoridade. Guardadas as devidas ressalvas concernentes à propaganda governamental, essa legitimação é a que se pode considerar “irracional”; já a legitimação tradicional, essa está arraigada no povo usando-se de seus valores e costumes. Toda a fundamentação advém do passado, portanto, é racional. Por mais distintas que possam se nos apresentar, essas formas de legitimação geralmente servem apenas como pontos de referências para a percepção e compreensão de um povo antigo, pois há de se pensar na dificuldade de chegar a uma pontuação do poder legitimador devido ao pluralismo estrutural dos valores coexistentes numa sociedade.

A criação de um “nacionalismo estatal” mostrou-se não só emergencial para abrandar os choques entre as várias lealdades existentes dentro da própria sociedade, como também para solidificar o apoio interno do governo (legitimação) fortalecendo-o internacionalmente. O distanciamento entre as identidades nacionais que se desenhavam surtiu no distanciamento em relação ao “outro”, ao “que não pertence a minha pátria”. Assim, a maioria dos governos beligerantes pintava a guerra como defensiva, despertando o espírito cívico dos cidadãos e unindo-os, ricos e pobres, numa só causa. O patriotismo acabou por mostrar-se um instrumento

enormemente poderoso para a ação estatal, que precisava de mais do que a passividade de seus cidadãos. O problema é que ainda não havia uma diferenciação entre lealdade ao Estado e lealdade à Nação, mas mesmo entre os movimentos mais marcadamente ufanistas, o ensejo pela transformação social se fazia presente. A consciência nacional não podia ser desenvolvida à parte da aquisição de outras consciências, sociais e políticas.

No entanto, mesmo os mais comprometidos esforços para se aplicar a teoria na criação de Estados nacionais esbarram na evidente imprevisibilidade das ações dos indivíduos, tanto daqueles que lideram, quanto daqueles que são liderados. Antes de tudo, não se pode esperar que esses últimos contentem-se com o ato de servir pura e simplesmente. Mas o que deve ser apontado neste caso é a possibilidade de que a insatisfação em servir deva-se à não concordância em servir a um líder em especial, ou em cooptar com o *status quo*. Em consequência, surgem as demandas nacionalistas que se erguem em oposição a seus governos nacionais. É o caso dos nacionalistas sérvios que, em julho de 1914, optaram por recorrer a um atentado terrorista contra o líder político austríaco, arquiduque Francisco Ferdinando, desencadeando a Primeira Guerra Mundial.

2. A IUGOSLÁVIA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Estando hoje em um contexto internacional de complexas inter-relações entre os países, idealmente representantes que primam pelo bem estar de seu povo e respeitosos aos interesses dos demais países, dificilmente se percebe que a paz é uma situação intrinsecamente conflituosa. Considerando que a guerra é um acontecimento racional quando do envolvimento de um país no conflito (mesmo que, ideologicamente, tal envolvimento seja dado como inevitável), pode-se inferir que a guerra se trata de um conjunto de ações e reações políticas, já que o governo soberano tem legitimidade para valer-se da força e violência para impor-se no cenário internacional.

A guerra durante muitos anos esteve envolta em um véu mitológico de honra e glória que inspirou novas gerações e acobertou o verdadeiro drama inerente a um estado de guerra, ignorando as especificidades motivadoras e condutoras de cada conflito, sejam eles a decisão pessoal de um líder, as forças domésticas que geram ações externas, a busca por equilíbrio de poder internacional, ou a simples dinâmica histórica. Com a retomada de conflitos de grande magnitude e, principalmente, no advento do primeiro conflito armado de caráter mundial, a narrativa mitológica que encobria a realidade acabou sendo desvendada em uma temível figura com a qual os cidadãos não mais tinham contato direto; esses apenas tinham lembranças de glórias do passado como lhes havia sido transmitido pelas gerações precedentes. Os resultados imediatos foram o completo estranhamento dos soldados ao terror que os passou a consumir e a indignação da população, além do estado de choque, daqueles que, por uma decisão constabular, passaram a viver a guerra em seus próprios países.

Tendo em vista o simbolismo e importância adquiridos pela Primeira Guerra Mundial, tanto como um acontecimento político e militar, quanto como um espelho do envolvimento social das massas nacionais, é tomada neste capítulo a condução das contendas que serviram de mosaico para a explosão do conflito. Não se propõe aqui identificar a Primeira Guerra Mundial em um “espectro dos conflitos”, definindo os combates em suas minúcias, mas desenhar a tração exercida pelo nacionalismo nesse conflito tomando por base elementos circunstanciais que conferiram humanidade a este evento histórico específico.

Primando pela unidade do tema e da consciente impossibilidade de se esgotar tal abordagem na análise de um continente ou região, toma-se aqui a ex-Iugoslávia (Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Voivodina, Sérvia, Kosovo e Macedônia) como foco do estudo de caso, o que já representa trabalho consideravelmente complexo por se tratar de uma região historicamente atormentada por conflitos nacionalistas. Vale frisar que a Iugoslávia foi um Estado composto por múltiplas configurações, variadas com o término da Segunda Guerra Mundial, com a Guerra Fria e com o passar de todo o século XX. No entanto, será feita uma narrativa geral da história desses povos e surgimento do espírito nacionalista, incluindo análises críticas da relação existente entre eles e seus líderes na realidade específica da Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, poder-se-á entender o que gerou tal clima de desarmonia na região na época do conflito.

Dessa forma, a estratégia de abordagem que se apresenta mais adequada é a análise do contexto que envolvia as sociedades que compunham a Iugoslávia a partir de uma breve discussão acerca da situação histórica que as caracterizava como Nações. Somente assim se pode observar os debates e descontentamentos internos que imprimiram agressividade ou

conformidade ao comportamento dos povos da região, culminando, enfim, na terrível guerra de 1914.

2.1 As sociedades em conflito

A violência é meio para se impor uma vontade desde a descoberta pelo ser humano de que poderia subjugar outrem independente da vontade alheia. Ao formar comunidades, a força que inicialmente se buscou para aumentar a segurança coletiva desvirtuou-se adquirindo um emprego ofensivo, o que viria mais tarde a ser traduzido em guerra, a despeito de todo e qualquer progresso pelo qual a humanidade tenha passado. Esse desenvolvimento do uso da violência contra outras comunidades representa a tomada de consciência dos líderes quanto à força que se podia desenvolver aliando os recursos humanos e naturais da sociedade. Dessa forma, a guerra diferencia-se dos demais fenômenos sociais por pressupor que as coletividades buscaram organizar a violência – mesmo que minimamente – para criar uma conduta una a partir da fusão das forças internas³⁹.

Em uma escala de maior complexidade social, os sentimentos de apoio ou oposição de um indivíduo tendem a aumentar quando este se encontra envolto por um sentimento nacionalista, que o acolhe e lhe dá voz. Quando se trata de um sentimento pessoal sobre algo de caráter doméstico, as discussões se esgotam internamente, porém, quando um grupo que compartilha de certa opinião agrega partidários que solidificam a significância de tal posicionamento, este passa a caracterizar uma demanda popular. Seja gerada no povo, seja semeada por interesses dos

³⁹ Raymond Aron. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002, passim.

governantes, essa unidade em nome de um objetivo específico dentro do país mostrou-se arma bastante poderosa para servir aos propósitos do Estado na política externa, uma vez que o Estado é uma organização legal e política com o poder de exigir obediência e lealdade de seus cidadãos.

Para Clausewitz⁴⁰, a trindade “governo, forças armadas e povo” envolve o povo “seja em sua capacidade produtiva, seja como fornecedora de contingentes, seja em termos de seu interesse quanto ao que está em jogo, seja ainda em sua capacidade de sustentar os socialmente responsáveis por combater”⁴¹. Esse autor reconheceu a centralidade do povo, considerando a vontade popular como variável determinante da potência de um país, mesmo que esse não disponha de recursos econômicos abundantes para manter-se na guerra por longos períodos.

Unidos em uma causa, os indivíduos sentem-se mais fortes e encorajados, uma vez que não estão sozinhos: têm toda a Nação consigo. Apoiar medidas estatais contra um inimigo externo, ameaça mesma aos valores e tradições nacionais, é agir patrioticamente por amor ao que se tem como “família” e “lar”. Então, em situações de ameaça de conflitos internacionais, o Estado reveste-se do apoio popular para tomar decisões políticas em defesa daqueles mesmos que lhe garantem legitimidade de ação. Na época da eclosão da Primeira Guerra Mundial, à política bastava o comprometimento com a busca do bem dos seus, recorrendo a quaisquer meios necessários para tanto. Isso difere do que se tem hoje, quando muito, pelos paradigmas internacionalmente instituídos que ditam posturas mínimas a serem adotadas pelos países.

Tomando a visão de Clausewitz, pela qual “a guerra é a continuação da política por outros meios”, pode-se analisar o conflito a partir da premissa da racionalidade que impulsiona todas as outras ações políticas tomadas por um governante legítimo, por grupos autônomos, ou por

⁴⁰ Nascido em 1780 da Prússia, Clausewitz foi um militar que se dedicou à teorização da estratégia em guerras.

⁴¹ Domício Proença Júnior; Eugenio Diniz; Salvador G. Raza. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 80.

indivíduos isoladamente. De acordo com Raymond Aron, a guerra diferencia-se de outras disputas por envolver tantas variáveis quantas forem componentes de um corpo complexo em seus objetivos e estratégias, ou seja, a guerra implica o embate de frentes de ação apoiadas em toda uma estrutura ideológica, que as define como “inimigas”⁴². Por fazer parte do desenvolvimento do pensamento social, o advento do conflito externo reflete a fórmula já empregada na dimensão interna ao se unir elementos particulares (e às vezes opostos) em relações de força para a eleição dos elementos definidores do caráter nacional unificador: a política, aqui entendida como “inteligência dos interesses duráveis da coletividade”⁴³, não é absoluta porquanto segue a linha traçada pelas relações entre os indivíduos; da mesma forma, os rumos da guerra também são de difícil antecipação por serem constantemente delineados em cada ação de cada Estado.

Assim, a paz tem como pilares a potência de alguns países, o que quer dizer que em um mundo de relações instáveis, em que os países são aliados ou inimigos por questões circunstanciais⁴⁴, a paz é mantida por ramificações da influência que um Estado exerce sobre o outro, compondo um mosaico de equilíbrio, de hegemonia, ou de império⁴⁵. Conceitualmente, toma-se aqui o equilíbrio por “capacidade previsível que um sistema tem de se prolongar no tempo”⁴⁶, ou seja, se trata de um cenário em tendência inercial, passível de previsibilidade; por hegemonia, entende-se um sistema internacional em que um Estado-Nação ou uma comunidade político-territorial exerce supremacia sobre os outros, sem necessariamente recorrer diretamente

⁴² Raymond Aron, op. cit., p. 71.

⁴³ Raymond Aron, op. cit. p. 72.

⁴⁴ Apesar de a teoria realista confirmar essa análise, não se trata de usá-la como metodologia, mas de sustentar que empiricamente vê-se que é prática corrente dos países posicionarem-se como aliados ou inimigos de acordo com o que lhes convenha em determinado momento.

⁴⁵ Raymond Aron, op.cit., p. 220.

⁴⁶ Leonardo Morlino. ESTABILIDADE POLÍTICA. In: Bobbio, op.cit., p. 394.

às armas (por isso, há uma certa legitimidade conferida à figura do “hegemon”)⁴⁷; o império seria uma “forma superior de poder legal internamente centralizador” que tem como objetivo superar os conflitos gerados entre as diversas realidades políticas internas ao Estado⁴⁸.

No contexto internacional anárquico, as unidades políticas – países soberanos – tendem a retaliar com o uso da força qualquer ação estrangeira que seja considerada ofensiva aos princípios defendidos devido à dificuldade em ceder a apelos exteriores, ao mesmo tempo em que evitam a fragilização da soberania aos olhos dos outros países e aos olhos de seu próprio povo. O país tende a agir pela manutenção de seu poder, pois é esse poder que lhe garante a posição de influente ou influenciado perante os outros países. Pela perspectiva realista, isso é a aplicação da teoria porque o poder relativo dos Estados é mais claramente revelado pelos resultados de suas interações⁴⁹.

Inicialmente, o estudo das guerras deve considerar que, como um instrumento de política, a guerra nem sempre é um fim *per se*; nem mesmo é a vitória – pura e simples busca pela glória – o objetivo final. Em última instância, todas as guerras são psicológicas, pois são levados a cabo por beligerantes munidos de arcabouço psicológico próprio que lhes define os motivos, os fins ou os propósitos pessoais para que se envolvam na guerra. Caso se aplicasse essencialmente a visão realista de que a segurança nacional é necessariamente o objetivo prioritário dos países, a ação estatal poderia ser racionalmente antevista e, com algum esforço e comprometimento, uma outra guerra de caráter mundial como a Guerra de 1914 não teria se repetido vinte anos mais tarde. Ao contrário, o que se percebe empiricamente, por meio da observação das contendas internacionais,

⁴⁷ Silvano Belligni. HEGEMONIA. In: Bobbio, op.cit., p. 579.

⁴⁸ Paolo Colliva. IMPÉRIO. In: Bobbio, op.cit., p. 622.

⁴⁹ Paul R. Viotti; Mark V. Kauppi. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*. 3ª ed. Estados Unidos: Longman Publishers, 1999. p. 65.

é que os povos movem-se imbuídos, quando não absorptos, na emoção patriótica, nacionalista, regional etc., isto é, na defesa daquilo que lhes interesse enquanto um povo.

Contudo, os tomadores de decisões, principalmente os envolvidos estritamente na esfera militar, não encaravam o poder civil como força a ser considerada. Buscando uma referência que exemplifique o pensamento militar da época, faz-se necessário recorrer aos preceitos que então norteavam as guerras. Mesmo que tais preceitos não sejam aceitos como compatíveis com a realidade, a percepção do pensamento militar em fins do século XIX e início do XX é um dos objetivos aos quais esse trabalho se destina.

Para o estrategista militar Jomini⁵⁰, o mundo bélico “era marcado por uma grande continuidade de valores tradicionais, em que um grande líder inspirava os valores locais de um povo e os fazia transcender sua rotina bélica num grande pulso heróico”⁵¹. Ele correspondia aos anseios de continuidade e estabilidade, característicos dessa época (início do século XIX) ainda marcada pelas guerras napoleônicas, porém confrontados com profundas mudanças advindas das revoluções americana e francesa e da Revolução Industrial. Jomini tentava manter o *status quo* europeu à luz da reestruturação política bem sucedida com o Congresso de Viena (1815), em que o mapa político da Europa e do mundo fora redefinido com a distribuição dos territórios do Império Napoleônico entre os países vencedores, restaurando dinastias e fronteiras alteradas pelas guerras napoleônicas. Para Jomini, as esferas militar e política não se encontravam, portanto, os civis não deviam que se envolver nas questões de segurança nacional por não saberem lidar com as leis próprias do estado de guerra; da mesma forma, a guerra tinha muita relevância para ser

⁵⁰ Nascido na Suíça em 1779, Jomini não dispõe de tanto prestígio quanto Clausewitz, apesar de aquele ter tido em vida maior influência na condução dos conflitos europeus no século XIX do que este.

⁵¹ Domício Proença Júnior, op. cit. p. 57.

deixada à mercê de sucessões ou eleições. Para tratar desse tema de forma exclusiva e responsável, surge a figura do Estado-maior.

Com o aperfeiçoamento, nesse século, dos estudos militares e a busca pelo desenvolvimento de estudos específicos dos conflitos militares, viu-se que estes envolvem esferas além da militar pela percepção da utilidade estratégica de instrumentos sociais. Surgem daí os estudos que se propunham a aliar política ao meio militar, formulando uma visão extremista de que a política submeter-se-ia à segurança nacional. O foco desviou-se para o potencial da mobilização social em um conflito. Tudo isso como resultado de uma nova preocupação com a guerra em si, haja vista terem os países avançados na direção da expansão territorial, surtindo estudos cada vez mais complexos quanto às estratégias militares em situações de conflitos com países de considerável potência.

O resultado foi a falta de adaptação dos postos de comando ao cenário de guerra internacional nunca antes visto.

Tudo isso dava tempo para que se armassem mais e mais exércitos, tornando a vitória ainda mais distante. E, acima de tudo, os altos comandos não souberam dar solução ao impasse conceitual que esta situação produziu. Ao desencadearem suas ofensivas, viviam um processo de aprendizado numa guerra para a qual não haviam se preparado e cujas realidades não se encaixavam em seus esquemas mentais (...). Com seus postos de comando distantes da frente e alienados da realidade tática mais imediata, os altos escalões aferraram a seus hábitos mentais, persistindo no uso de formações e técnicas de combate obsoletas, mesmo diante de resultados desastrosos.⁵²

O mundo se encontrava em uma nova fase de choque de interesses internacionais, aos quais servia a população ignorante tal qual marionetes sem vida. Se o propósito da união social era a busca por bem-estar, tornou-se turva a diferença entre o bem-estar da sociedade enquanto organismo político e o bem-estar da sociedade enquanto grupamento de indivíduos que ainda mantinham consigo cultura, interesses e aflições pessoais.

⁵² Domício Proença Júnior, op. cit., p. 39-40.

2.2 Os conflitos nacionalistas no Leste europeu

No começo do século XIX havia três grandes impérios na Europa cujos súditos por séculos incluíram muitas comunidades de diferentes religiões e grupos lingüísticos. Eram a Monarquia Habsburgo, os Impérios Russo e Otomano⁵³. Foi no século XIX, sob a influência da entrada de idéias do Iluminismo do século anterior, que a crença religiosa, orgulho lingüístico, descobertas e lendas históricas, e vários descontentamentos sociais e econômicos se fundiram para criar, na mente das elites instruídas, a convicção de que suas respectivas comunidades constituíam Nações e deviam ser reconhecidas como tal⁵⁴. O obstáculo era a possibilidade de se acomodar dentro de fronteiras os novos clamores por reconhecimento de diferentes Nações, ou se os líderes dos movimentos se contentariam com uma independência territorial soberana somente.⁵⁵

O nacionalismo freqüentemente inspirou o fanatismo que em períodos anteriores era reservado a conflitos religiosos. Na verdade, há muito a se dizer em defesa da visão de que o maior fanatismo dos nacionalistas é causalmente conectado com o declínio da fé religiosa. O nacionalismo se tornou uma religião compensatória. A Nação, como entendida pelos nacionalistas, é um bem substituto; esse tipo de nacionalismo pode ser chamado de *etnolatria* (“ethnolatry”)⁵⁶.

A perversão da doutrina nacionalista, e os desastrosos e crimes cometidos por nacionalistas extremados estarrece qualquer pessoa que se proponha a estudar a história humana. Por mais inevitável que seja fazer julgamentos de valor quando se está envolvido propositadamente na

⁵³ Ver mapa em anexo, p. 85.

⁵⁴ Hobsbawm em seu livro *Nações e Nacionalismos*, op. cit., reforça essa opinião apontando a religião, língua etc. como pontos de partida de vários conflitos entre povos que se identificam como diferentes nacionalidades.

⁵⁵ Hugh Seton-Watson. *Nations and States: an enquiry into the origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Colorado: Westview Press, 1977. p. 143.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 466.

busca por realidades que contrastam com as já familiares, é de vital importância ter em mente que avaliar a conduta de sociedades complexas implica o choque com o arcabouço das experiências pessoais de cada um. Para Seton-Watson, o estudo desses fenômenos atrai duas armadilhas nas quais se cai facilmente: a primeira é a utopia de que embora os movimentos nacionalistas passados tenham sido manchados por crimes e outras Nações estejam carregadas de pecado, a Nação à qual se é pertencente é diferente (sua revolução apenas trará benevolência e felicidade universal); a segunda é a opinião de que todos os movimentos nacionalistas são invariavelmente tolos, e se acaba por denunciar o nacionalismo como um mal.

Todo e qualquer país tem no povo (ou povos, nos casos de países multiculturais) sua força motriz, pois é a interação dos diversos grupos nacionais, no contexto social que os une, que legitima as ações Estatais ou as torna inaplicáveis. De certa forma, as lutas internas pela busca da identidade nacional, enquanto ainda um processo ou um movimento, devem ser separadas dos dogmas do Estado soberano para que esse possa garantir a unicidade estatal, mas isso não deve ser tomado como motivo para a supressão de culturas e consciências nacionais. A reciprocidade do conjunto de ações internas, tanto dos grupos quanto do governo, é a formação do Estado-Nação propriamente dito. A inobservância de demandas nacionais gera crescente ressentimento, o que leva a uma acumulação de opiniões contrárias ao *status quo*. Em curto prazo, o nacionalismo excessivo é perigoso porque pode tornar-se agressão contra outras comunidades intra-Estado, ou mesmo contra os povos de outros Estados.

A explosão de movimentos agressivos, ou temor de tais explosões dentro do Estado, pode levar a respostas imediatistas e até irresponsáveis, chegando inclusive a ameaçar outros Estados. Em última instância, gera-se um cenário de latente periculosidade dada a interação existente entre os países, que leva uma ação em determinado país refletir em outros. Como já foi dito quando da

utilização da abordagem realista, é a interação entre os países que os define perante o cenário internacional e perante seu povo, tornando-os dominantes ou fragilizados. A ação de dado ator⁵⁷ é interpretada por outros, que sempre tentarão antecipar-se aos próximos movimentos daquele agindo de forma a também causar um impacto internacional em resposta, para reforçar sua posição.

Os dois objetivos mais gerais buscados por movimentos nacionalistas têm sido a independência (criação de um Estado soberano sobre o qual a Nação é dominante) e a unidade nacional (incorporação dentro dos limites das fronteiras do Estado de todos os grupos que são considerados, por eles mesmos, ou por aqueles que se credita responder por eles, pertencentes à Nação). No entanto, há casos em que os países optam pelo triunfo em detrimento de uma paz negociada e menos prejudicial, pois cada Nação julga-se única merecedora da glória pela qual todos recorrem à violência. Seton-Watson defende que nesses casos, se segue primeiro

*um tipo de Messianismo que transcende o padrão normal da arrogância e retórica nacionalista, uma convicção de que a grande Nação unida pela qual a luta está sendo empenhada é a depositária de valores universais, benéficos para toda a humanidade, que confere a essa nação uma missão divina, ou lhe confere superioridade moral ou cultural sobre todas as outras.*⁵⁸

Esse estado de exaltação é óbvio na cultura germânica, mas há também exemplos visíveis no Leste europeu: na Europa da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX passou a existir a doutrina na qual dois Estados multinacionais (Rússia e Hungria) apagaram – ou mesmo substituíram – o princípio da lealdade dinástica no governo. A essa doutrina Seton-Watson dá o nome de “nacionalismo oficial”. Os líderes das Nações mais poderosas

⁵⁷ Lembrando que para os realistas, teoria aqui considerada, os Estados são os únicos atores do cenário internacional.

⁵⁸ Hugh Seton-Watson, op. cit., p. 89.

consideravam ser seu dever moral impor sua nacionalidade a todos os súditos de quaisquer religiões, línguas e culturas. A seu ver, trazendo essas pessoas para sua cultura “superior” eles estariam beneficiando-os; enquanto ao mesmo tempo, fortaleceriam seu Estado criando internamente uma única e homogênea Nação. Apenas os Iugoslavos operaram em um nível mais mundano ou sóbrio – o que, ver-se-á, não significa que o fanatismo não fosse abundante entre eles também.

A resistência à imposição de uma nova cultura nacional feria diretamente o direito à autodeterminação. Por acontecer de forma paralela em diversas localidades da região, os povos que já se encontravam divididos passaram a viver em estado de guerra constante, mesmo entre si, pois haviam perdido a confiança em qualquer grupo que não pertencesse à sua realidade. Todos, independente de serem dominadores ou dominados, eram invasores, um obstáculo à realização social que buscava se estabelecer com segurança. O limite entre autodeterminação e as guerras interétnicas perdeu-se.

Na região, o desenvolvimento de escolas e indústrias, e a disseminação de idéias iluministas fizeram surgir novas elites de manipuladores lingüísticos que identificavam o grupo lingüístico como a unidade em nome da qual os direitos democráticos deveriam ser criados. Essas novas elites visavam à criação de uma nova Nação, baseada nas fronteiras do Estado, explicitando a corrente que seguia em direção da criação da consciência nacional baseada na língua. Eles esperavam desenvolver lealdades de massa, não às culturas individuais, mas a uma nova ordem social fundada no bem-estar material das massas e no crescente orgulho das massas por seu Estado.⁵⁹ Foi impulsionado por essa mudança de racionalidade que tomou forma no Leste

⁵⁹ Ibid., p. 472.

europeu um movimento que impressionava por sua abrangência em um cenário de dispersão de idéias e multiculturalismo, o chamado Pan-eslavismo.

2.3 O Pan-eslavismo

Idealizado pelos povos da Bulgária, Rússia, Macedônia e Sérvia, o pan-eslavismo pensava uma solução para a inexistência de uma cultura eslava dos povos do Leste de fala eslava, pois entre eles, a única característica social em comum era o catolicismo. Pode-se dizer que havia algo como uma cultura comum entre os tchecos e os eslovacos no grande império Morávio, ou entre eslavos e croatas à época do reinado croata, mas essas alegações são de difícil resgate e pouca precisão, já que datam do início da era medieval. A aceitação comum da “cultura católica”, ou a sujeição comum de pessoas de fala eslava à servidão medieval não constitui uma cultura eslava específica.

Foi das terras sul-eslavas, que se encontravam sob domínio turco que emergiu a idéia do moderno pan-eslavismo⁶⁰. Este tinha como ponto de partida a lembrança popular de que os eslavos, certa vez, haviam sido a Nação mais numerosa da Europa. Desenvolvê-la dependeria apenas de reuni-la para que sua força se fizesse ser sentida. Portanto, cada eslavo instruído deveria aprender outros três dialetos eslavos além de seu próprio.

Os poloneses também tinham seu próprio pan-eslavismo no século XIX, embasado na concepção da Nação polonesa como “salvadora” entre as Nações. Para muitos patriotas poloneses, a Nação polonesa era a líder natural das Nações menores de fala eslava advindas do Império Otomano e da Monarquia Habsburgo. Já na Rússia, o Pan-eslavismo era a doutrina justificadora da expansão territorial do Estado Russo.

⁶⁰ Ibid., p. 118.

Houve certo re-impulsão nos anos anteriores a 1914 na forma do “Neo-eslavismo”. Suas vozes principais eram os poloneses e os tchecos, que esperavam reconciliar Áustria e Rússia, isolar a Alemanha e melhorar a situação dos poloneses em uma Rússia mais democrática. O movimento falhou dada a recusa do governo russo em fazer concessões aos poloneses, bem como a conflitos entre poloneses e ucranianos e entre sérvios e búlgaros.

Mesmo entre o povos, a solidariedade deixou de ser uma questão de vida: a invasão soviética da Tchecoslováquia em 1968 destruiu o que quer que tenha sobrevivido das ilusões anteriores. No entanto, apesar de o Pan-eslavismo ter se provado uma fantasia, a idéia de unidade dos povos sul-eslavos se tornou uma força política real em vários países.

2.4 História e consciência nacional da ex-Iugoslávia

Para que se proponha um estudo das tendências nacionalistas que compõem a região da ex-Iugoslávia⁶¹, é imprescindível ter uma visão geral sobre os diversos povos eslavos ali instalados: eslavos ocidentais (poloneses, tchecos e eslovacos), eslavos orientais (rutenos – habitavam a porção oriental da antiga Tchecoslováquia – russos, bielo-russos e ucranianos) e eslavos meridionais (eslovenos, croatas, sérvios, macedônios e búlgaros)⁶².

Independente de suas origens, as comunidades estavam sujeitas a toda sorte de dominação e imposição estrangeira nas mais variadas áreas sociais: religiosa, lingüística, na estruturação das classes etc. Dessa forma, a identificação comunitária com uma consciência nacional seguia rumos sem direção definida, pois a autodeterminação do povo como tal esteve à mercê das adaptações que se fizeram necessárias no curso das mudanças do contexto internacional. Embora seja

⁶¹ A terminologia “Iugoslávia” define “eslavos do sul”.

⁶² Belsosn Basic Olic. *A desintegração do Leste – URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. 11ª ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1997, p. 10.

aconselhável ter em mente as diferenças existentes entre as comunidades enfocadas e as do Oeste europeu (como forma de se contemplar o cenário como um todo, um entrelaçado de acontecimentos mutuamente influenciáveis), cabe aqui nada além de remissões ao ocidente da Europa, uma vez que o que se busca apreender é o movimento interno dos países da ex-Iugoslávia em resposta aos estímulos externos que antecederam a Guerra de 1914.

Nesse sentido, há de se fazer uma distinção inicial, adotada por Seton-Watson, que separa as Nações em duas categorias: “antigas” e “novas”⁶³. As Nações antigas são as que adquiriram identidade e consciência nacionais antes da formulação da doutrina do nacionalismo. As novas são aquelas para as quais dois processos se desenvolveram simultaneamente: a formação da consciência nacional e a criação de movimentos nacionais. Ambos os processos foram resultado do trabalho de pequenas elites políticas instruídas, como já indicado pela teorização de Hobsbawm⁶⁴. No entanto, estudar a formação da consciência nacional dos povos da ex-Iugoslávia tendo em vista a efervescência dos movimentos circundantes, cada qual imbuído de seu próprio fim na libertação e autonomia, elucida a transitividade das teorias nacionalistas que se propunham unir as massas.

No oeste da Europa o processo de conscientização nacional e o surgimento de Estados soberanos centralizados foram acompanhado pela ascensão de novos grupos sociais que serviam de apoio aos monarcas. Esses grupos eram formados a partir de burgueses da cidade e médios proprietários de terra que adquiriram um pouco do poder que até então era monopolizado por grandes proprietários de terras. Mesmo tendo interesses conflitantes, cada vez mais se uniam sob uma lealdade em comum, intensificando os laços de conexão horizontais de solidariedade entre

⁶³ Os termos usados pelo autor são “old” e “new”, mas a tradução literal do termo “old”, utilizando-se “velhas”, pareceu deixar desnecessariamente aberta a possibilidade de atribuição de qualquer juízo de valor.

⁶⁴ Eric Hobsbawm, *Nações...*, op. cit., passim.

os súditos e caracterizando os interesses e anseios do povo como uma base de legitimidade do governo⁶⁵.

Durante o século XVIII, no entanto, as idéias européias começaram a atingir pelo menos uma pequena elite dos povos bascos cristãos, levando ao desenvolvimento de interesse nas tradições e línguas específicas de cada povo em oposição ao seu enquadramento comum como membro do grupo ortodoxo e súdito de um líder infiel. O pensamento individual (como abordado na análise do pensamento de Bauman, no capítulo anterior) e a solidariedade horizontal gerada pela aproximação de grupos que se viam na posição comum de renegados foram os pontos iniciais para o desenvolvimento da consciência nacional⁶⁶.

O impasse da lealdade que os súditos tinham em relação a seus governantes data do século XI, quando a Igreja cristã dividiu-se em duas (uma parte católica outra greco-romana, durante o chamado Cisma do Oriente) e século XV, quando a região foi invadida pelos turcos otomanos. Com a dominação turca, a lealdade foi assegurada pela imposição da fé islâmica, especialmente na Albânia e Bósnia. Assim sendo, os Bálcãs foram divididos em: catolicismo (predominante na Eslovênia e Croácia), greco-ortodoxia (predominante entre sérvios, montenegrinos e macedônios) e islamismo (majoritariamente entre albaneses e bósnios). Esse impulso prevaleceu pelo próximo século, levando à emergência de várias Nações balcânicas baseadas na língua e na mitologia histórica, e na ruptura com a unidade da ortodoxia.

O fator mais importante na determinação dos movimentos nacionais nos tempos modernos no centro e leste da Europa nos três impérios multinacionais era a língua, mas isso certamente não significa que fatores religiosos e econômicos não tenham desempenhado seu

⁶⁵ Hugh Seton-Watson, op. cit., p. 17.

⁶⁶ Ibid., p. 18.

papel. Os desenvolvimentos sociais e culturais trazidos pelas políticas de líderes conscientemente modernizadores criaram elites intelectuais que cada vez mais se identificavam com as maiorias não instruídas e desprivilegiadas de seus grupos lingüísticos. Aquelas então vieram a pensar em seu grupo lingüístico como uma Nação e espalharam a consciência nacional de base lingüística nos estratos inferiores das comunidades. A força do aspecto lingüístico como identificador de familiaridade dos povos era bastante expressivo⁶⁷, mas exatamente por ser instrumento mutável de comunicação entre comunidades às vezes muito distantes entre si, foi suplantada pela força da identificação social pela história e valores comuns, que erigia variados levantes nacionalistas isolados. Mesmo que buscassem o mesmo fim, cada qual acreditava-se detentor do meio mais eficiente para atingi-lo.

A Monarquia Habsburgo, especificamente, praticava discriminação religiosa e lingüística⁶⁸. Oficialmente não havia ali Nação austríaca, nem qualquer outra Nação. A palavra *Nationalität* entrou no vocabulário oficial para designar as distintas comunidades de cultura e língua existentes que eram admissíveis dentre os súditos do imperador. Além da complexidade dos povos que compunham os súditos da monarquia, o império Habsburgo ainda tinha que lidar com a complexidade de sua própria formação (era chamado “Monarquia Dual”)⁶⁹, balanceando duas Nações distintas e teoricamente soberanas governadas por um único Rei-Imperador, que mais se assemelhavam a dois Impérios associados que duas Nações associadas⁷⁰.

⁶⁷ Nelson Bacic Olic, em sua obra *A desintegração do Leste*, fala de cerca de 100 milhões de locutores da língua eslava, o que a legaria a posição de idioma mais falado da região, em que cada cinco europeus orientais, três falariam o eslavo.

⁶⁸ Apesar de que a imposição do primado pelo germânico ou latim na administração ter sido tratada como uma questão de senso comum, não de discriminação nacional.

⁶⁹ Ver mapa em anexo, p. 82.

⁷⁰ Edmond Taylor. *The fall of the Dynasties: the collapse of the old order 1905-1922*. Nova Iorque: Doubleday, 1963. p. 5.

As fronteiras ao sul da monarquia foram estabelecidas com os sérvios que haviam fugido do domínio turco e receberam terras em troca de serviços militares. Esses formavam uma unidade política distinta na Monarquia Habsburgo. O resto da região, da Bósnia ao Rio Negro e de Belgrado ao Egeu ainda pertencia ao Império Otomano⁷¹.

A indiferença da monarquia em relação às peculiaridades dos povos que estavam sob seu jugo abrandou no fim do século XVIII com o surgimento de uma reação generalizada na Europa das gerações mais novas contra a complacência das mais velhas. A primeira força exercida nesse sentido adveio da Sérvia, que depois de muitos embates diretos com a Rússia, conseguiu como resultado da guerra russo-turca de 1828-29 e de um maior poder diplomático o estabelecimento de um Estado Sérvio independente, somente devedor de uma lealdade nominal ao suserano otomano⁷².

Mais a oeste, na Croácia, as relações entre sérvios e croatas tornou-se questão de grande importância na vida política. Havia duas correntes principais entre os croatas: uma era a idéia da Grande Croácia, que reinterpretava a idéia Illyriana – havia uma única Nação, porém seu nome não era Illyria, mas Croácia. A Nação croata deveria incluir aqueles que, no curso do tempo, se tornaram ortodoxos ou muçulmanos. Tal ideologia pregava que os outros nomes usados pelos povos que viviam na região que se estendia dos Alpes ao Mar Negro seriam apenas descrições regionais, não nomes nacionais. A vertente alternativa pode ser chamada de idéia Iugoslava, pela qual era reconhecido que croatas e sérvios eram diferentes, mas acreditava-se que eram Nações fraternas, pertencentes a uma comunidade sul-eslava maior (Iugoslávia). Também pretendia um Estado Eslavo livre, mas não acreditava que esse pudesse ser chamado simplesmente de Croácia

⁷¹ Hugh Seton-Watson, op.cit., p. 131-132.

⁷² Ibid., p. 133.

ou Sérvia. A principal tarefa seria libertar os eslavos do Sul do domínio otomano, embora não se visse uma possibilidade considerável de rompimento com a monarquia Habsburgo. Aqueles que sustentavam esta “idéia Iugoslava” tentavam não somente criar um novo Estado, sem precedentes históricos, mas uma nova Nação⁷³.

Cinco anos (1809-14) de anexação de terras da Eslovênia e Croácia ao império francês de Napoleão como a província de “Illyria” deixou uma marca no desenvolvimento da consciência nacional em pelo menos uma minoria instruída. O estudo da gramática e dialetos eslavos e o aparecimento do Pan-eslavismo romântico, especialmente entre os Tchecos, afetaram também as terras do sul eslavo da monarquia Habsburgo. O “movimento Illyriano”, liderado por um croata, pregava a existência de um único povo Illyriano de fala eslava. Embora fosse só verbal e não houvesse nenhuma ação para a criação de um grande Estado Illyriano, esse movimento foi tomado como ameaça pelas autoridades Húngaras, com as quais a Croácia estava unida sob o domínio Habsburgo. Em 1843 o uso do nome Illyria foi formalmente proibido, mas a idéia da nacionalidade e unidade sul-eslava sobreviveu. Em 1848 tanto croatas quanto sérvios viram suas aspirações nacionais rejeitadas pelos adeptos da Revolução Húngara e, como consequência, apoiaram o governo Habsburgo contra os húngaros.

Enquanto continuavam as batalhas na Hungria, os dirigentes da Sérvia mantinham-se prudentemente inativos, não ousando desafiar nem Áustria nem Rússia. Estavam, no entanto, interessados na liberação de seu reinado do domínio turco e, eventualmente, do domínio Habsburgo. Os Habsburgos não demonstraram qualquer gratidão aos croatas e sérvios, não lhes concedendo nada referente a suas aspirações nacionais. De acordo com um compromisso firmado com a Hungria, os Habsburgos deixaram que os croatas chegassem aos melhores termos

⁷³ Ibid., p. 91.

possíveis com os húngaros por conta própria. Só conseguiram uma liberdade regional limitada e o uso do croata como língua administrativa.

Os croatas da Dalmácia continuaram sob domínio de Viena, mas neste caso a maioria croata teve mais sucesso em conseguir o controle da vida pública do que a minoria italiana, há muito favorecida por Viena. Porém, Dalmácia era muito pobre. Croatas das duas províncias agitaram-se em vão pela união da Dalmácia com a Croácia. Em ambas também havia muitas minorias sérvias. Aqui, como em qualquer outro lugar a distinção normal entre sérvios e croatas era religiosa (sérvios eram ortodoxos; croatas eram católicos – ao sul da Dalmácia havia também um pequeno número de católicos que se consideravam sérvios).

Em seguida, a reverberação dos levantes nacionalistas gerou em 1875 uma rebelião de sérvios em Herzegovina contra o domínio turco, seguida alguns meses depois de uma rebelião na Bósnia. Ambas foram encorajadas pelas atividades revolucionárias baseadas na Sérvia e em Montenegro, e eram também apoiadas pelos sérvios do sul da Hungria. Na complexa crise diplomática internacional que se seguiu de 1876-78, o governo russo sacrificou interesses sérvios; e Bósnia e Herzegovina, os dois territórios sérvios mais ardentemente desejados pelos patriotas da Sérvia, foram colocados sob administração austríaca enquanto ainda se sujeitavam nominalmente ao suserano otomano. Essa decisão criou forte ódio contra a Áustria na Sérvia. Na Hungria, aqueles sérvios que expressaram apoio à causa sérvia contra a Turquia foram perseguidos. Os sérvios da Bósnia continuaram fundamentalmente hostis à Áustria e na Sérvia um crescente número considerava a Áustria como maior inimiga da Sérvia, segundo Seton-Watson, maior mesmo que a tradicional, porém declinante, Turquia⁷⁴.

⁷⁴ Ibid., p. 135.

Um outro resultado importante de 1878 foi a criação de um Estado Búlgaro independente. Não era mais possível considerar os búlgaros parte da mesma Nação como os croatas e os sérvios (como houveram sido no movimento Illyriano), mas ainda era possível incluí-los na noção de “comunidade iugoslava de Nações fraternas”. Infelizmente, a tendência das últimas décadas do século não era na direção da fraternidade. Os Estados Búlgaro e Sérvio separados se tornaram centros de interesses rivais. Os líderes das máquinas dos dois Estados queriam expandir-se e inevitavelmente eclodiram entre si. Essa vertente foi reforçada pelo fato de que, sob o acordo do Congresso de Berlim de 1878, a Sérvia estava designada a ser vassala da Áustria, e a Bulgária da Rússia. Isso não deu certo uma vez que a Áustria opô-se aos sérvios preferindo a Bósnia, enquanto os russos não eram bem aceitos na Bulgária liberta por seu comportamento arrogante⁷⁵. Conseqüentemente, cada pequeno Estado olhava para o rival de seu protetor oficial – a Sérvia para a Rússia e a Bulgária para a Áustria. Então, a rivalidade austro-russa não foi abrandada pelo acordo de Berlim, mas exacerbada.

O principal motivo de rivalidade entre a Sérvia e a Bulgária era a Macedônia, localizada ao sul da Sérvia e a oeste da Bulgária. O povo da Macedônia falava cinco línguas e era de ambas as religiões, ortodoxa e muçulmana, mas o maior grupo falava dialetos eslavos que se aproximam mais do búlgaro que do sérvio. Entre eles havia duas correntes políticas: uma a favor da simples anexação pela Bulgária, a outra, buscava um Estado macedônio independente, argumentando que os eslavos macedônicos eram uma Nação sul-eslava separada, distinta tanto da Bulgária quanto da Sérvia. No princípio, o governo sérvio não tinha muito interesse na Macedônia, no entanto, depois de a Bósnia ter sido negada à Sérvia, a idéia de compensação em maior escala no sul se tornou atrativa. Nas últimas décadas do século, grupamentos armados, apoiados pelos governos

⁷⁵ Ibid., p. 136.

dos Estados vizinhos, lutaram entre si e contra os turcos, fazendo da Macedônia um sinônimo de pilhagem, assassinato e anarquia. Havia grupamentos gregos, sérvios e búlgaros, tropas turcas regulares e irregulares, grupamentos albaneses e de autonomistas macedônios, alguns dos quais algumas vezes combinavam uns com os outros, mas mais comumente empenhavam-se em uma batalha de todos contra todos.

A anexação formal da Bósnia à Monarquia Habsburgo em 1908 chamou a atenção do governo sérvio mais uma vez para o sul. Com encorajamento do governo russo, ele procurou alianças com Bulgária e Grécia contra a Turquia. Nessa guerra, o exército sérvio teve expressivos sucessos, o que gerou grande entusiasmo entre os súditos sul-eslavos da Monarquia Habsburgo, especialmente entre a geração jovem instruída. Entre eles foi disseminada a idéia de uma única “Nação de três nomes” – eslovenos, croatas e sérvios. O Estado que os incluísse a todos só poderia ser alcançado incorporando a Sérvia na monarquia ou destruindo a monarquia. O primeiro era moralmente impossível tendo em vista o registro heróico da Sérvia e dos métodos políticos sinistros e persistente hostilidade da Áustria; assim sendo, o segundo era a única possibilidade. Logicamente, essa vertente ainda era de uma minoria, mas cada vez mais ganhava terreno entre os súditos sul-eslavos.

A vitória dos aliados balcânicos contra os turcos foi seguida de inabilidade em gerir os dividendos. O resultado foi a segunda Guerra dos Bálcãs, de junho de 1913, na qual o exército búlgaro atacou os sérvios e gregos e foi rechaçado, e na qual a Bulgária foi invadida pelos romenos e pelos turcos. A maior parte da Macedônia foi então anexada pela Sérvia, cujas autoridades negavam não somente que os macedônios eram búlgaros, mas também que eles tivessem qualquer característica peculiar que fosse sua: declarava-se que eles eram apenas “sérvios do sul”, e os ameaçavam se eles negassem.

2.5 O nacionalismo sul-eslavo na Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial explodiu a partir do homicídio do herdeiro ao trono austríaco, arquiduque Francisco Ferdinando, levado a cabo por um sérvio bósnio, e terminou com a criação de um Estado Iugoslavo. A complexidade que interliga os aspectos envolvidos remete às forças nacionalistas tanto quanto à história social da região, então marcada pela estratificação social de um império que tinha ele próprio suas contendidas nacionais, que se acumularam com outras dissonâncias nacionalistas internas, até causar a queda da ordem social que havia⁷⁶.

As diversas nacionalidades envolvidas na região da Iugoslávia tinham geralmente raízes eslavas, mas ao invés de estarem agrupadas em uma área, estavam dispersas em toda a Áustria-Hungria entre as diversas minorias étnicas⁷⁷. Os atores enfocados aqui estavam assim dispostos: os tchecos viviam no norte da Áustria na parte que havia pertencido ao independente Reino Esloveno da Boêmia; o reinado vizinho, dos eslovacos, vivia mais a leste, mas sob um jugo húngaro muito mais forte. À Hungria também pertencia grande parte da Iugoslávia e, portanto, tinha uma significativa população sul-eslava minoritária – sérvia e croata – bem como uma minoria eslava. Os eslovenos, outro povo sul-eslavo, estavam em parte sob domínio Austríaco. O Império Austro-Húngaro, ou seja, a Monarquia Dual, era marcada tinha como povo preponderante os germânicos na Áustria, e os magiares na Hungria⁷⁸.

Os Habsburgos, como senhores feudais desse anacronismo cultural de povos, tinham mais problemas com seu maior e mais orgulhoso vassalo: os magiares. Dessa forma, tinham uma tendência a favorecer alguns de seus súditos eslavos como contra-peso para a ambição magiar. O próprio casamento do arquiduque Francisco Ferdinando foi tido como uma afronta ao povo

⁷⁶ Ver mapa em anexo, p. 84.

⁷⁷ Ver mapa em anexo, p. 87.

⁷⁸ Edmond Taylor, op. cit., passim.

magiar, já que a união conjugal do aspirante a autocrata Habsburgo se deu com a filha da desprezada minoria eslava tcheca, a nobre Sophie⁷⁹.

O sistema de castas era levado ao extremo no império Austro-Húngaro, mantendo uma tradição de separação social ainda fervorosamente defendida pela Monarquia, apesar de todos os movimentos burgueses nascentes ao redor. As terras dos Habsburgos se desenvolveram em um império sem mesmo terem formado uma Nação⁸⁰.

A agitação nacionalista e fricção inter-racial não eram os únicos fenômenos do Império Habsburgo. A própria coroa praticava a estratégia imperial clássica de dividir para governar, encorajando mais de uma vez a corrente da diferenciação ao dar concessões especiais a grupos étnicos. Sempre foi tradição dos Habsburgos manterem uma controlada tensão entre as diferentes nacionalidades, mas nos anos antes da guerra, se tornou uma verdadeira “babel de nacionalidades”. Apesar de haverem outras razões para tanto, foi principal fator o sufrágio universal, decidido por Francisco José em 1905 e vigorado a partir de 1907⁸¹. A instabilidade inerente à região foi ainda mais agravada pelos apelos de movimentos supranacionais como o Pan-eslavismo. Um sonho mais ambicioso era o da criação de uma Iugoslávia abarcando todos os sul-eslavos.

A movimentação nacionalista ganhou maior expressividade, nos variáveis níveis de ambição e extremismo, na Sérvia independente, que pensava ser esperado tornar-se líder de uma Confederação sul-eslava. Como exemplo de vida nacional livre, a própria existência de uma

⁷⁹ Ibid., passim.

⁸⁰ Edmond Taylor em seu livro *The Fall of the Dynasties*, op. cit., descreve como sendo as terras dos Habsburgos a Áustria de hoje, a Boêmia (parte da Tchecoslováquia), a Galícia polonesa, a Bukovina Romena, algumas das áreas eslovenas da Iugoslávia, grande parte da costa da Dalmácia e a parte da Itália que fala Trentino. A Hungria dominava todos os outros territórios e povos, incluindo a Eslováquia, Transilvânia e Croácia. p. 70.

⁸¹ Edmond Taylor, op. cit., p. 95.

Sérvia independente nas fronteiras do império Austro-Húngaro teve uma perturbadora influência nos milhões de sul-eslavos que viviam sob domínio Habsburgo.

Mas a Sérvia não se contentava com apenas existir e servir de exemplo; começou a propagar sua idéia e encorajar conspirações subversivas em seus “irmãos de raça” no império vizinho, apoiada, certamente, pela Rússia⁸². O líder do governo sérvio pretendeu um grande Estado centralizado, a ser formado pela extensão do aparato administrativo sérvio, mas habitado pela anteriormente discutida “Nação de três nomes”. Os sérvios exilados, no entanto, tinham a opinião de que o Estado Sérvio devia deixar de existir em favor de um Estado inteiramente novo, a Iugoslávia. Somente assim seriam respeitadas as distinções históricas e regionais, porém preservando algumas das antigas instituições⁸³.

Francisco Ferdinando reconhecia a crescente força do movimento nacionalista entre as minorias eslavas do império, principalmente entre os sul-eslavos. O herdeiro era tido como inimigo do equilíbrio internacional que se supunha existir porque poderia servir de ponte para que a união sul-eslava fosse alcançada (temia-se que por meio de reformas, ele acabasse com as discórdias dos súditos servo-croatas da Monarquia Dual, na Bósnia e em todos os outros lugares, e eles não mais iriam querer separar-se para se unir à Sérvia)⁸⁴.

Foi escolhida para a visita de Francisco Ferdinando a Sarajevo a data da Vidovdan (festa de São Vitus), para os povos eslavos da península balcânica, uma data nacional comemorativa⁸⁵. A visita serviria para causar um efeito local atraindo os nacionalistas eslavos de todo o império ao mostrar simpatia pelas aspirações legítimas do nacionalismo eslavo leal e enfurecendo os

⁸² Ibid., p. 126-7.

⁸³ Hugh Seton-Watson, op. cit., passim.

⁸⁴ Edmond Taylor, op. cit., p. 199.

⁸⁵ A data comemorava a batalha de Kosovo de 1389, quando os turcos destruíram o reino medieval da Sérvia e tornaram os súditos cristãos eslavos; a partir de 1912, passou a ser símbolo da ressurreição gloriosa, a derrota dos turcos na Primeira Guerra balcânica que levou a sua virtual expulsão da Europa (Edmond Taylor, op. cit., p. 9).

magiares⁸⁶. Tal estratégia buscava amenizar o clima de frustração sérvia causada pela anexação das províncias da Bósnia-Herzegovina, ao mesmo tempo em que imporia o poder do império como infalível independente de vontades pessoais. O quadro se completava com a presença da arquiduquesa Sophie, uma tcheca que representava a minoria nos altos estratos sociais.

Morar em uma Sérvia livre deu abertura para que a rebeldia anti-Áustria se tornasse um nacionalismo sul-eslavo místico. Incluído o autor dos disparos que atingiram o arquiduque e sua esposa, Gavrilo Princip, seis pessoas tomaram parte no assassinato: cinco servo-croatas da Bósnia e um muçulmano bósnio. Nenhum tinha mais de dezenove anos e um tinha apenas dezessete. Esse fato reflete o ímpeto amador culminado no crime, gerado no romantismo adolescente que se deixou levar por manipulações de líderes nacionalistas; esses viam no voluntariado jovem uma grande força, pronta para ser moldada para agir em nome do movimento. Já que a Bósnia não estava mais sob domínio turco, o atentado deveria ser dirigido contra os opressores austríacos. Não havia um alvo preciso em mente. No julgamento, Princip resumiu alegando “Sou um nacionalista eslavo. Meu objetivo é a união de todos os Iugoslavos, sob qualquer regime que seja, e sua libertação da Áustria”⁸⁷.

Francisco Ferdinando e Gavrilo Princip exemplificam não somente interesses nacionais conflitantes, mas duas ordens sociais conflitantes. Em certo sentido ambos eram vítimas do mesmo processo revolucionário: o declínio e queda do sistema dinástico na Europa e das estruturas sociais que sustentava. O cenário social se tornara tão instável que os austríacos acreditaram que a conspiração fosse apenas indício do poder expansionista sérvio que em longo prazo constituiria uma ameaça real revolucionária e para-militar ao império. Muitas das

⁸⁶ Edmond Taylor, op. cit., p. 199.

⁸⁷ Ibid., p. 15.

acusações usadas pela Áustria-Hungria contra os sérvios no ultimato de guerra de 24 de julho eram infundadas. Tida como ambição expansionista que só seria alcançada às custas da Áustria-Hungria, a agitação “Pan-servianista” (ou Iugoslava) era vista como ameaça que deveria ser destruída desde sua raiz.

O cenário internacional logo se adaptou aos acontecimentos e cada país buscou de forma independente tirar o maior proveito possível para si. Rússia e Áustria-Hungria esforçaram-se em explorar os movimentos revolucionários dentro das fronteiras um do outro⁸⁸. Com exceção da Itália e da Hungria, a realeza manteve-se como princípio básico de legitimidade do governante, coexistindo com as demandas nacionalistas dos diferentes povos até a ruptura da Monarquia a partir da derrota da Áustria no fim da guerra. Em novembro de 1918, o governo foi hábil em utilizar-se do medo da desordem revolucionária na Europa Central, para forçar os líderes políticos dos sul-eslavos da desintegrada Monarquia Habsburgo a aceitar a união com a Sérvia sem condições preliminares. O novo Estado Sérvio-Croata-Esloveno foi proclamado em 1º de dezembro de 1918.

O progresso tecnológico e sociológico fez da guerra meio muito perigoso para ser usado na obtenção de objetivos nacionais, mas os líderes não o haviam percebido – ainda hoje temos apenas uma noção; sua imaginação política não havia desenvolvido técnicas e conceitos diplomáticos capazes de resolver problemas internacionais maiores sem que se recorresse à guerra (nem hoje havemos nós nos livrado da guerra como um meio de coerção internacional).

⁸⁸ Ibid., p. 174.

3. A MANIPULAÇÃO DO NACIONALISMO E O NACIONALISMO MANIPULADOR

Tendo em mente o arcabouço histórico da constituição das Nações do Leste europeu e do surgimento da Iugoslávia como uma solução para as contendas entre os povos locais, torna-se possível fazer uma série de inferências sobre como o nacionalismo interferiu nos rumos tomados na Primeira Guerra Mundial. Além disso, o estudo deve abordar também a aparente ineficácia da criação do Estado Iugoslavo nesse propósito inicial de apaziguar os ânimos nacionalistas, uma vez que o Estado não garantiu o fim das investidas expansionistas na região. Por fim, a desintegração da Iugoslávia e a recente entrada dos países que daí advieram no Bloco Regional da União Européia muito dizem acerca das tendências de coligação política entre os países e atuais adaptações do Estado-Nação no caminho de seu amadurecimento.

Dessa forma, o presente capítulo se deterá com a análise específica da relação das investidas nacionalistas dos povos que viriam a compor a Iugoslávia durante a Primeira Guerra, analisando o porquê de a criação deste Estado como saída para os problemas da região ter sido mal sucedida. Em seqüência, uma visão geral sobre os fatos que se seguiram ao Tratado de Versalhes até fins do século XX tornará mais fácil a compreensão das guerras civis que assolaram os povos da Iugoslávia na década de 90 chamando a atenção do mundo para o peso do espírito patriótico nas ideologias nacionais, foco de maior relevância deste trabalho.

3.1 A descoberta da força nacionalista pelo povo

Como foi dito nos capítulos anteriores, a utilização de forças internas como fonte manipulável de apoio às ações governamentais alcançou seu ápice no envolvimento em guerras,

mesmo antes da Grande Guerra de 1914. No entanto, a conscientização política dos cidadãos, guiados por uma elite política que contemplava a reverberação do Iluminismo, conferiu impressionante atratividade ao movimento nacionalista.

Muito do alto índice de adesão ao movimento se deve ao fato de que mesmo as aqui referidas “elites” compunham um grupo de inexpressiva – quando não inexistente – projeção na tomada de decisões de seus governos. Isso obviamente se dá pela configuração dos regimes monárquicos e imperiais seculares e tradicionais que buscavam, antes de tudo, a perpetuação de seu poder, relegando ao povo a insípida posição de telespectadores das tomadas de decisões que lhes eram impostas. Existia uma separação entre os instruídos e a maioria da população, porém, existia um gigantesco precipício entre todos esses e seus governantes.

Relembrando o que foi abordado no primeiro capítulo sobre a formação das comunidades, os indivíduos buscam aproximar-se daqueles a quem, de alguma forma, assemelham-se. Essa aproximação aumenta a sensação de segurança e força, pois unidos, o indivíduo e seus pares fundem suas idéias e massificam seu posicionamento, o que facilita a resolução dos problemas que possam existir em comum. A aproximação intra-povo das diferentes classes da monarquia foi tão natural quanto a busca por semelhantes quando da formação de uma comunidade primitiva na concepção de Bauman⁸⁹. A solidariedade horizontal mostrou-se, além de instrumento mais eficaz de engrandecimento da força popular contra os líderes governamentais, saída para a frustração do estado inercial em que aqueles povos viviam com o passar de inúmeras guerras de dominação.

Diferente da religião que sempre havia definido os ditames de conduta desejável na ideologia popular, o nacionalismo pregava a indignação contra os opressores (que no caso, acumulavam o título de invasores) e a preservação do que lhes parecesse seu por direito (o

⁸⁹ Zygmunt Bauman, op. cit., passim.

território) e por escolha da autodeterminação. Os civis não podiam, nem se lhes fosse permitido, preocupar-se com as questões que punham em risco a segurança nacional, já que como vinham sendo mantidos alheios à vida militar, sequer compartilhavam da concepção de o quê exatamente viria a ser o “nacional”. Era previsível que o distanciamento excessivo do centro do poder isolasse o povo a ponto de eles próprios identificarem-se como não pertencentes àquele “nacional” que o braço militar do governo defendia.

Mais preocupante ainda era o fato de os dirigentes sequer se preocuparem com o envolvimento dos próprios militares nas causas que lhes eram delegadas defender. Exemplo disso é a utilização de sérvios como exército de proteção da Monarquia Habsburgo ao sul, por mais irônico que isso possa ter se tornado mais tarde quando a Sérvia passou a ser um Reino com demandas expansionistas próprias e conflitantes com as da monarquia. Esse caso elucida o fato de os governos estarem erguidos sobre solo de areia movediça que, sem que percebessem, conspirava lhes tolher a liberdade de ação para distribuir seu poder entre os estratos sociais antes ignorados. Lembrando o que foi dito no primeiro capítulo em menção à obra de Hobsbawm, *A invenção das tradições*, a história é mistificada com o passar do tempo; a verdade às vezes, reformulada e distorcida. O estado das coisas, até então comedido, parecia estável o bastante para que os governantes deixassem de temer um levante contra si. O tradicionalismo cegou e os nobres não deram atenção ao movimento que se desenhava sob seus pés.

Independente do grau de comprometimento existente entre os soldados e seus postos de comando, a Primeira Guerra Mundial surpreendeu até mesmo os mais experientes estrategistas e comandantes militares. Os civis eram tidos como inadequados para lidar com situações de conflito, mas os militares, que veneravam as epopéias vividas por seu exército ao longo da história, tampouco tiveram dimensão da catástrofe que vinha sendo trazida pela guerra. Aos

poucos, o povo que se mantinha inerte aos acontecimentos não mais pôde ignorar o sacrifício que os líderes lhe impunham para que os exércitos fossem mantidos nos frentes de batalha: a população minguava com a escassez de provisões, pois essas eram dirigidas prioritariamente aos exércitos; o povo sofria com as perdas de seus entes queridos e a insatisfação gerou levantes contra as decisões irresponsáveis dos Estados em guerra, principalmente nas potências do Centro europeu.

As sociedades da Europa beligerante começaram a vergar sob as extraordinárias pressões da guerra em massa. Baixara a onda de patriotismo que se seguira à eclosão da guerra. Em 1916, o cansaço da guerra transformava-se em hostilidade surda e calada em relação a uma matança aparentemente interminável e incerta, que ninguém parecia ter vontade de acabar⁹⁰.

Mais uma vez o tradicionalismo trouxe repercussões negativas para toda a sociedade, pois as técnicas ineficientes e obsoletas de estratégia na guerra sequer aparentavam obter qualquer sucesso.

Criou-se então um cenário de complexa inter-relação de conspirações internas e externas num círculo vicioso: a fragilização do governo preocupava os populares, que cada vez mais criticavam as atitudes de seus líderes; esses fragilizavam-se ainda mais com a perda de apoio popular. O governo que se mostrava abalado internamente criava mais expectativas de vitória nos outros países, que diante da possibilidade de solapar o inimigo, sacrificavam mais seu povo para poder manter-se no conflito; dessa forma, o povo desses últimos voltava-se contra suas decisões, enfraquecendo-os.

⁹⁰ Eric Hobsbawm. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 65.

A onda de indignação espalhou-se e atingiu os povos oprimidos do Leste, mas por estarem separados geograficamente e por terem vivido uma história de sucessivas mudanças de poder governamental, haviam se desenvolvido em grupos com ideologias, personalidades e interesses diferentes. Inflamados pelo calor das revoltas, surgiram inúmeros grupos nacionalistas: alguns com opiniões pessoais de como a independência e unidade nacional deveria ser gerada, outros menos organizados, que acabavam por servir de instrumento de infiltração de Estados inimigos (como conspiradores ou mesmo terroristas). Vale lembrar a consideração de Hobsbawm de que os “inimigos” são figuras eleitas, em muitos casos como válvula de escape para as angústias nacionais.

No caso específico da região do Leste europeu, viu-se no segundo capítulo que as potências européias utilizavam-se de sua influência política para desestruturar as bases de apoio social de outros países. Agravante nesta situação é que tais influências existiam por um dramático emaranhado de conflitos e guerras entre as grandes potências, enquanto os povos minoritários e dominados tinham que se deixar levar pela correnteza, aguardar o desfecho de seus próprios destinos ser produzido por líderes ilegítimos. Entre as grandes potências seu governo parecia um ato de benevolência, pois se acreditava que os países mais poderosos estariam tentando trazer para os povos dominados uma religião, língua e cultura superior.

A Iugoslávia, no entanto, tinha questões mais urgentes e práticas que a busca pela elevação cultural. Sua realidade sofria com a deficiência de identidade, característica da adaptação a que os povos eslavos tiveram que recorrer toda vez que eram dominados por um povo estrangeiro. Então, seu objetivo emergencial era a pura e simples união do povo. Para atender a esse anseio surgiram a idéia Illyriana de fusão de todos os povos em uma só Nação e a idéia iugoslava de união dos povos, reconhecendo e preservando as particularidades que os

diferencia. Essa ameaça à lealdade governamental foi duramente combatida, mas depois de tantos tormentos, a esperança de alcançar a força nacional pela unidade sul-eslava não desapareceu. Mais tarde veio a se tornar o Pan-eslavismo, trazendo uma alternativa para a população que só reconhecia ter o catolicismo como ponto em comum: o resgate da língua como ponto de partida para a formação de uma Nação.

A história desses povos não pode ser comparada com o desenvolvimento das Nações do oeste da Europa por razões intrínsecas às Nações classificadas no primeiro capítulo como “novas”, ou seja, aquelas que tiveram que formar sua consciência nacional e identidade simultaneamente, e não por um desencadeamento natural de busca pelos seus semelhantes. No entremeio desse processo a Sérvia alcançou independência e prestígio entre os outros povos, mas sua estratégia de união dos sul-eslavos sob o comando dos sérvios passou a ser uma busca desesperada que acabou transformando a Sérvia, aos olhos dos outros Estados, em uma Nação expansionista que importunamente visava anexar a Bósnia e a Herzegovina.

Com a impossibilidade de se pensar um bem que se estendesse a todos os sul-eslavos, sem exceção, não havia maneira de unificar as diversas vertentes nacionalistas em um movimento organizado, objetivo e eficiente. A Sérvia agia de acordo com a sua concepção de o que seria esse bem, mas como a teoria realista prega, as ações causam impactos em outros povos, esses com ideologias diferentes e outra visão de “bem”. Foi a divergência de alvos que fez, por exemplo, com que os macedônios, no fim do século já pertencente à Sérvia, fossem tratados com tanto descaso e falta de proteção contra ataques vizinhos por parte da “Mãe Sérvia”, mesmo se tratando de um povo sul-eslavo.

De qualquer forma, a Sérvia alcançou status de inspiradora de movimentos de libertação na região, pois se tratava de um Estado emergente que pretendia a união dos oprimidos

chamando-os de seus irmãos, por mais que os meios escolhidos para alcançar esse fim fossem questionáveis por outros grupos. Na verdade, a estratégia de união dos sul-eslavos utilizada pela Sérvia não agradava nem mesmo a todos os sérvios, uma vez que os sérvios exilados já defendiam a idéia Iugoslava de respeito à história das minorias. Mas por mais contraditória que um levante nacionalista a partir da Sérvia pudesse parecer, não seria preciso muito esforço para voltar o povo contra a monarquia opressora que engolia as demandas nacionais.

3.2 A visão do dominador

A Monarquia Habsburgo nunca havia primado pelo benefício do reino como um todo, mesmo porque o jogo político em que estava envolvida constantemente a colocava em situações de confronto com grupos mais expressivos dentro mesmo de seu território, com os magiares em especial. Como acontece entre crianças que são punidas pelos pais por uma má conduta tendo que presenciar o favorecimento de um irmão, os governantes lidavam com os grupos internos favorecendo outros grupos eslavos. Obviamente, isso criava suspeitas e intensificava os conflitos internos entre eslavos e magiares: os eslavos viam os magiares como estando em melhor situação por estarem esses em grande número; os magiares desconfiavam dos eslavos tomando-os por apoiadores da monarquia que os oprimia.

A crise diplomática entre os governantes reverberava no controle interno que amputava o posicionamento popular simpatizante à aproximação com outras Nações em detrimento do reforço do poder monárquico central e isolado. Não era dado o direito de simpatia a outras culturas e línguas num esforço quase ingênuo de prevenção de conspirações. Algumas vezes, as línguas maternas de alguns grupos chegaram a ser proibidas no uso social, o que

sociologicamente poderia vir a apagar alguns traços de familiaridade com o passado, mas na conjectura em que o Leste europeu se encontrava, servia para aumentar os descontentamentos.

Na mentalidade dos líderes a predominância dos pressupostos religiosos resistiu mais fortemente, pois em sua classe, eles não tiveram que ser confrontados com outras realidades religiosas, tampouco foram forçados a vivê-las como suas. Assim, o pensamento que norteava a opinião das classes mais abastadas era o da crítica aos súditos que se recusavam a viver em consonância com os preceitos divinos de aceitação de sua realidade. O máximo de desobediência a ordens que se deveria esperar dos indivíduos seria que, em sua fé cristã, não temesse, desobedecer a ordens do governo em defesa do que prega a vida religiosa de amor a todos (inclusive ao inimigo) simplesmente porque esse é o caminho certo e abençoado por Deus.

Tolstoi, cristão russo, analisava o levante que se formou entre as Nações eslavas contra a anexação austríaca da Bósnia e Herzegovina da seguinte forma:

*O governo austríaco decidiu tratar como seus vassallos os povos da Bósnia e da Herzegovina, que até agora não tinham sido considerados completamente em seu poder. Quer isso dizer que assume o direito de dispor dos fructos do trabalho e das vidas d'alguns centos de mil homens, sem o consentimento d'esses mesmos homens.*⁹¹

Sua principal preocupação é lembrar os homens de que, acima de qualquer lealdade que se cultive perante um Estado, governo, comunidade ou mesmo família, a alma humana deve ser guiada pelos preceitos da Igreja, que são fortalecidos nas ações dos novos cristãos. Por esse ponto de vista, qualquer guerra, dominação, atentado etc. é injustificável, uma vez que fere outro ser humano.

⁹¹ Leão Tolstoi. *A anexação da Bósnia e da Herzegovina pela Áustria*. Lisboa: A Editora, 1909. p. 13.

A conclusão a que se chega é a de que o patriotismo não promove ações adequadas, pois isola as Nações umas das outras, distanciando-as de sua origem comum perante Deus:

*O patriotismo, para todo o membro d'um grande estado e para mim, um russo, não somente envolve a ausência de sympathia com milhares e milhões de homens, placos, finios, judeus, e varias tribus caucasicaes, mas também resulta em que eu seja o objecto do ódio de homens, aos quaes não fiz mal algum e com os quaes nenhum commercio eu tenho.*⁹²

Pelo que se percebe na obra “A anexação da Bósnia pela Áustria”, o movimento nacionalista era visto como sem propósito, ingênuo e irresponsável. Por essa visão, o patriotismo acaba por se mostrar uma espécie de escravidão na qual um grupo minoritário de pessoas que atribuem a si mesmas “uma importancia imaginaria, que carece de qualquer justificação racional”, dita caminhos a serem trilhados pelos enfraquecidos em seu senso crítico, ou seja, o movimento nacionalista nada mais seria que a manipulação das massas.

*O que se chama patriotismo é em nossos dias unicamente, por um lado, certo modo que pelas escolas, pela religião e por uma imprensa venal, de continuo se evoca e mantém na direcção requerida pelo governo; e, por outro lado, é uma excitação temporária d'aquelles que entre o povo se encontram moral e mentalmente no mais baixo nível, artificialmente produzido pelas classes governantes e depois ostentado como a expressão permanente da vontade do povo. O patriotismo das raças oprimidas não faz excepção a isto. Também elle não é natural ás massas trabalhadoras; foi-lhes artificialmente inoculado pelas classes superiores.*⁹³

Qualquer que fosse a interpretação dada aos movimentos nacionais, o contexto de guerra não deixava lugar para que essa questão fosse considerada mais seriamente. O que importava era que como o “princípio da nacionalidade” somente poderia ser aplicado em nacionalidades de um

⁹² Ibid., p. 22.

⁹³ Ibid., p. 53.

certo tamanho, a construção de Nações era tida como fim de processos de expansão e absorção dos agrupamentos menores. A guerra pareceu ser o meio mais eficiente para se anexar novos territórios⁹⁴.

Com o fim da guerra, o que se pensava ser o fim dos problemas acabou sendo o gérmen de diversos outros problemas muito mais profundos, como a Segunda Guerra Mundial. O tratado de Versalhes impôs uma paz humilhante e punitiva que derrubou por terra qualquer possibilidade de restabelecer a Europa que existia antes da guerra. Era colocada uma paz “ditatorial”, totalmente tendenciosa aos interesses dos vencedores e cujo vício certamente não seria ignorado pelos países do Eixo. A Europa foi redesenhada para, além de enfraquecer a Alemanha, “preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano”⁹⁵. A proposta era a de respeitar as características peculiares de comunhão das comunidades, criando Estados-Nações étnico-lingüísticos em nome da autodeterminação⁹⁶. Assim, o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, representante das maiores potências vencedoras da guerra, apresentou seus Quatorze Pontos⁹⁷.

Mas o entendimento das potências de quais seriam as características que deveriam nortear a nova ordem era uma visão tida de um referencial muito distante, então, o remapeamento da Europa e a criação da Iugoslávia foram feitos de forma irresponsável. Hobsbawm define a criação do Estado Iugoslavo com as seguintes palavras:

⁹⁴ Ver mapa em anexo, p. 83.

⁹⁵ Eric Hobsbawm. *A era dos extremos*, op. cit., p. 39.

⁹⁶ Ver mapa em anexo, p. 87.

⁹⁷ Em 1918 Wilson apresentou seu famoso programa de Quatorze Pontos, cujo carro-chefe era a proposta da futura Sociedade (ou Liga) das Nações. Apesar de trazer a preocupação com o respeito às afinidades étnicas, o plano sofreu uma deslegitimação progressiva, pois as forças políticas que apoiavam o quadro então criado eram as mesmas que davam suporte à própria norma.

a Sérvia foi expandida para uma grande e nova Iugoslávia pela fusão com a (ex-austríaca) Croácia, e também com o antes independente pequeno reino tribal de pastores e assaltantes, Montenegro, uma sombria massa de montanhas cujos habitantes reagiram à perda sem precedentes de sua soberania convertendo-se em massa ao comunismo, que, acreditavam, apreciava a virtude heróica (...). Não havia um único precedente histórico assim como não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de Estado-nação pequenos demais (...). Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes⁹⁸.

Para ele, a guerra civil Iugoslávia foi semeada com o Tratado de Versalhes, sem o qual as diferenças nacionais não teriam se chocado tão intensamente dentro de um único país, artificialmente criado. A única possibilidade de se evitar outra guerra seria a prosperidade econômica, que nem de longe aconteceu. Pelo contrário, o mundo mergulhou em 1920 na mais profunda crise que conhecera e a situação se tornou insustentável.

Essa guerra não tinha objetivos específicos e limitados como as outras anteriores, buscava a expansão ilimitadamente. Com os impérios, a política e economia haviam se fundido, então, a rivalidade política internacional seguia os passos da competição econômica⁹⁹. Essa tendência não se modificou e ainda hoje se tem que lidar com problemas gerados pela falta de habilidade em balancear os propósitos político-econômicos com os do povo. Mesmo a União Européia foi criada em prol do “bem” das Nações européias, mas a sua criação foi, ironicamente, causa de diversos sentimentos pouco amistosos entre os povos dessas mesmas Nações.

⁹⁸ Ibid., p. 41.

⁹⁹ Eric Hobsbawm. *A era dos extremos*, op. cit., p. 37.

3.3 Reverberações

A época dos choques de euforia popular nacionalista iugoslava com as políticas de condução governamental marcou a história como o estopim para a primeira guerra de caráter realmente mundial. Por mais que o ato de terrorismo praticado por Princip e seus colegas não tenha sido o único e isolado motivo que desencadeou as sequenciais declarações de guerra ao redor do mundo, serve de ponto para reflexão considerar a amplitude que uma atitude de nacionalismo extremado pode alcançar. Seja como uma voz fraca, mas constante de expressão, seja como uma potência latente de violência, o espírito nacionalista certamente encontrou-se no Estado-Nação, com a defesa da soberania e o advento do sufrágio universal. Desde a Primeira Guerra Mundial muito têm mudado na mentalidade dos líderes políticos quanto à forma de guiar as ações Estatais. Porém, grupos oprimidos e minorias desamparadas continuam a existir nos países, e enquanto essas existirem, haverá uma demanda nacionalista.

Modernamente, o sentido de soberania está ligado à idéia da democracia ou da participação popular. Porém, no final do século passado foi quebrado o paradigma de que a Constituição nacional é o poder supremo em um Estado que serve aos propósitos de uma Nação ao serem criados supra-estados como a União Européia, produtos unicamente da vontade dos próprios Estados. Assim, a soberania atribuída pelos indivíduos ao Estado passa a ter esse último como seu único senhor enquanto ele suplanta a supremacia da Constituição pela soberania, afastando o povo de sua participação ativa anteriormente postulada¹⁰⁰.

Os Estados experienciaram os pactos e viram que, da mesma forma que um indivíduo se une a outros em prol da busca de certo fim, também os Estados tinham a capacidade de

¹⁰⁰ Carlos Frederico Mares. “Soberania do povo, poder do Estado”. In: NOVAES, Adauto. *A crise do Estado-nação*, op. cit., p. 229-256.

favorecer-se grandemente com alianças firmadas com outros Estados. Dessa forma adquiriram maior influência política, mais recursos materiais, naturais e sociais, e fortaleceram sua fonte popular de legitimação quando seu povo percebeu que “não estava só”, que também poderia identificar em outras Nações aspectos comuns a si. Contemporaneamente, esses pactos formalizaram-se a tal ponto que foram criados verdadeiros Estados supranacionais, que repetiam todo o movimento de formação de uma sociedade em escala macro, abrindo mão de parte de sua soberania e tendo que se adaptar a novas normas para enxergar em países até então dissociados partes componentes de sua própria comunidade. Até os dias de hoje tal feito não foi alcançado.

O nacionalismo não pode ser planejado como uma estratégia de aproximação diplomática e econômica. Ele surge a partir da familiaridade social entre os indivíduos e, quando se trata da união de povos que trazem consigo cada qual uma história, uma cultura ou uma língua própria, é um processo gradativo de absorção e disseminação de valores, ideologias e comportamentos. Põe-se em questão a racionalidade de Estados-Nações já instituídos fundirem-se em blocos, o que nem sempre garante a amenização dos impactos causados por sociedades que sempre se viram como diferentes. Logicamente há muitos benefícios para todos os países que se envolvem nessa empreitada, mas até hoje não se pode dizer que existe uma “Nação Européia” que contemple todos os europeus, pois séculos e séculos de história não são esquecidos pelo simples acordo das partes. Os objetivos econômicos e políticos elevaram-se sobre a preocupação com o bem-estar da população, e a problemática da junção de diferentes povos em “uma mesma nacionalidade” mais uma vez se faz presente, pois nacionalidades que não tinham qualquer tipo de desentendimento hoje possuem uma certa aversão umas pelas outras. Há relutância popular a perder seu espaço nacional, o que acontecerá já que certamente todo o ambiente e cultura serão modificados.

Não se trata aqui de discutir o sucesso ou obstáculos da União Européia ou de qualquer bloco regional, nem se pretende avaliar o desempenho dos países em bloco ou os prós e contras da união regional. Trata-se antes de se fazer uma análise crítica de decisões políticas que, depois de tantos anos de reflexão sobre a opressão das nacionalidades, peca por empenhar o povo em lutas contra si mesmo ao pregar a inadequação de ver aquele que sempre lhe foi diferente como “diferente”. O estranhamento ao estrangeiro invade o que se esperava ser uma esfera de proteção ao influxo de tais estrangeiros. Então, o estranhamento extremista (nacionalismo xenofóbico) ganha terreno e passa a ser dirigido “não tanto contra o velho ‘inimigo de fora’ (outras Nações européias), mas contra o ‘inimigo de dentro’: os trabalhadores imigrantes de origem árabe, africana, turca, curda ou européia oriental...”¹⁰¹

Além da problemática social, há também a questão política da perda de soberania, que em última instância, logicamente, afeta a confiança do povo em seu governo. Considerando que o assunto central é o nacionalismo, cabe lembrar que um povo que não confia em seus líderes não os legitima, portanto, não se compromete em estar envolvido na aplicação das decisões tomadas pelo poder estatal. De uma forma ou de outra, o nacionalismo exerce papel preponderante no vigor dessas decisões. A questão é: a substituição de crenças e valores que mantém a familiaridade de uma sociedade não é, nem pode ser, uma decisão tomada somente pela lógica, a não ser que os valores não sirvam ao seu propósito, esse estritamente psicológico. Um excelente exemplo de toda essa análise é o caso estudado ao longo de todo este trabalho, o caso da Iugoslávia.

¹⁰¹ Michael Löwy. “Nacionalismo e a nova desordem mundial”. In: NOVAES, Adauto. *A crise do Estado-nação*, op. cit., p. 266.

Principalmente após o advento da globalização, o poder tornou-se extraterritorial, mas tal movimento não foi acompanhado pela adequação das instituições e menos ainda pela formação de uma cultura propriamente global. Isso causou o enfraquecimento do Estado-Nação, gerando mais tarde a desregulamentação como única opção para que o funcionamento dos processos econômicos e culturais não se tornassem ditatoriais. Com a vulnerabilidade das instituições vem à tona a fragilidade da “filiação natural”, pois a cumplicidade que caracteriza a comunidade passa a depender, mormente, da decisão unilateral dos indivíduos em honrá-la. A decisão individualizada não aparenta proporcionar a segurança e durabilidade que os indivíduos buscam em uma comunidade, forçando o estreitamento do sentimento comunitário a relações ainda mais seletas para que o controle e previsibilidade política sejam retomados¹⁰².

Por mais maléfico que possa parecer, existem enormes vantagens advindas da regionalização, falta-nos apenas desfrutar delas lembrando de nos esquivar dos prejuízos. A tendência é a adaptação, a menos que exista contendidas arraigadas nos povos que os impeça de pelo menos tentar conviver fraternalmente. A modernização da sociedade em si, quando não a do Estado, caminha para a irremediável coexistência, haja vista a divisão social do trabalho segmentado ter enraizado a preferência social pela complementação em lugar da competição¹⁰³.

Hoje os Estados são, oficialmente, “Nações”; o nacionalismo não é concebido aos moldes que o era no século XIX e início do XX, quando representava o principal vetor do desenvolvimento histórico. Porém, os Estados se tornaram mais defensivos contra ameaças reais ou imaginárias devido à velocidade com que se dão as transformações sócio-econômicas. Para Hobsbawm, não mais se busca o estabelecimento internacional de laços entre os que partilham a

¹⁰² Zygmunt Bauman, op. cit., p. 88-94.

¹⁰³ Eric Hobsbawm. *Nações...*, op. cit., p 185.

etnicidade, linguagem, cultura, história etc., mesmo porque as ações de todos os países têm sido guiadas por um mundo de relações entre os atores internacionais que não existia no século XIX, antes da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Aron:

O progresso conjunto das técnicas de produção e de destruição introduz um princípio de paz, diferente da potência, que o costume já batizou. A paz do terror é a que reina (ou reinaria) entre unidades políticas que têm (ou teriam) a capacidade de desferir golpes mortais umas sobre as outras. Neste sentido, a paz do terror poderia também ser chamada paz de impotência. Quando havia a paz tradicional entre as unidades políticas rivais, sua potência era definida pela capacidade de impor umas às outras sua vontade, pelo uso da força ou a ameaça de usá-la. Na paz ideal do terror, não há mais desigualdade entre os rivais; todos possuem bombas termonucleares que, lançadas sobre os adversários, fariam milhões de vítimas. Não se pode mais, portanto, falar de potência maior ou menor, de equilíbrio ou desequilíbrio; quem possui menos bombas ou veículos menos aperfeiçoados para transportá-las tem igualmente a capacidade de infligir ao inimigo perdas desproporcionais às vantagens de qualquer vitória.¹⁰⁴

A guerra despertou forças que mesmo depois da vitória aliada não puderam ser esquecidas, o que, somado ao descomprometimento anglo-saxão em defender a paz estabelecida em Versalhes, resultou num cenário de paz bastante instável. A guerra foi baseada em laços de aliança ocasionais, em que os aliados estão unidos pela hostilidade comum a um inimigo a quem se teme suficientemente para acomodar suas rivalidades provisoriamente¹⁰⁵.

Com o passar do tempo o descontentamento em relação às imposições do Tratado de Versalhes levou à Segunda Guerra Mundial, trazendo para o mundo uma força estarrecedora do uso da guerra. Quanto à Iugoslávia, os povos continuaram indignados com o que lhes havia sido feito com a criação do Estado Iugoslavo, ou seja, o total descaso que as potências vencedoras tiveram com a história e anseios daquelas comunidades.

¹⁰⁴ Raymond Aron, op. cit., p 229.

¹⁰⁵ Ibid., p. 77.

Em decorrência disso, os movimentos nacionalistas não desapareceram, mas foram ganhando mais confiança e temeridade com o ganho de experiência. Exemplo disso foi o governo do Marechal Tito. Josip Broz Tito foi um ideal de governante maquiavélico: forte, carismático e competente. Graças a essas qualidades pôde manter a unidade das nacionalidades balcânicas. No decorrer da Segunda Guerra Mundial, Tito liderou um movimento de resistência na Iugoslávia contra a Alemanha nazista e, em 1945, tomou o poder em Belgrado. No período entre a morte do marechal Tito (1980) e a chegada ao poder de Slobodan Milosevic (1987), os Bálcãs voltaram a ser o foco de crise na Europa, voltando a ser palco de violência e tortura.

Por fim, um tribunal internacional criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) para julgar acusados de crimes de guerra na antiga Iugoslávia apontou o comunista, Slobodan Milosevic, Presidente da Sérvia, como principal responsável político pelas atrocidades e massacres cometidos na Croácia e Bósnia-Herzegovina nos anos 90. Porém, os conflitos entre as nacionalidades até hoje não foram superados.

Conclusão

O cenário internacional é uma trama de interesses nacionais mutuamente influenciáveis. A busca das grandes potências pela expansão e disputa de áreas de influência política muitas vezes resulta na absorção dos povos minoritários, pondo fim a toda uma história e cultura únicas. Na impossibilidade de proteger-se contra a força daquelas potências, as angústias trazidas às comunidades pela perda da realidade que pelo passar das gerações foi sendo construída e, estando essas comunidades obrigadas a aceitar ideologias às vezes completamente opostas às suas, acabam por causar reações inter e intra-sociedades.

A concatenação de conflitos locais demonstra o apego à familiaridade, segurança e previsibilidade do sistema social. É em nome da proteção desse estado das coisas que surge o espírito nacionalista. No entanto, o nacionalismo não serve somente aos propósitos de seu povo. Por ser fruto da interação social, altamente dinâmica, o nacionalismo mostra-se um poderoso instrumento de força do Estado e elites de todos os tipos, pois pode lhe conferir apoio para colocar em prática os planos e estratégias para a interação com os outros atores internacionais. Ao entender a engrenagem da construção da identidade social o governo vê abrir-se a janela da possibilidade de manipular seu meio primário de legitimação popular.

Para obter maior proveito da nacionalidade como fonte de potência o Estado deve atender minimamente a demandas internas, entre elas, a preservação da convivência harmoniosa daquelas comunidades que, um dia, foram reinventadas pelo movimento das interações dos povos e Nações. Tendo a expansão como um objetivo, os países passaram a ser multiculturalistas, mas para analisar o sucesso ou insucesso dos Estados em formação, é imprescindível que se enfoque a receptividade dos povos a outras culturas com as quais foram agrupados, de interesses nem sempre compatíveis.

Mais importante aqui é marcar que os povos da ex-Iugoslávia não se envolveram na Primeira Guerra Mundial como uma Nação, ou como um povo; estavam ocupados com a resolução de problemas estruturais que os afetavam desde o cerne da sociedade por estarem submetidos a líderes ilegítimos. Ao mesmo tempo em que estavam mergulhados no conflito, mantinham-se à parte dele, pois não eram representados por seu governo nem viam defendidos ali seus interesses.

Respondendo à principal questão levantada no fim deste estudo, o nacionalismo era manipulado pelos líderes das potências européias e não o contrário. Devido ao tempo em que os povos passaram dominados e divididos, não obtiveram sucesso em unir-se em prol de um bem comum para buscar atender a seus próprios interesses na Primeira Guerra Mundial. A absorção de novas idéias vindas de outras partes da Europa, a influência de outros países e a pressão da classe burguesa emergente criou uma tensão interna muito rapidamente, de forma que os líderes locais não lograram canalizar as forças que surgiam para um propósito definido. Era a indignação, há muito oprimida, que explodia em meio a uma guerra mundial.

Foi esse contexto europeu de choque de nacionalidades que trouxe à morte o arquiduque Francisco Ferdinando de Habsburgo em Sarajevo (1914), pelas mãos de um nacionalista sérvio, dando início à Primeira Guerra Mundial. O descontentamento popular passou a ser uma característica dos povos da região dos Bálcãs que, como folhas ao vento, eram espectadores de suas próprias vidas, manipulados e dominados como se fossem uma massa desprovida de humanidade e de todas a sorte de peculiaridades que essa humanidade implica: esperança, angústia, indignação...

É no estudo dos conflitos entre culturas, no debate da legitimidade e soberania, que se encontra a discussão acerca da existência de uma fronteira entre as “guerras interétnicas” e o

“direito à autodeterminação”. Essa diferenciação é imprescindível para definir o papel desempenhado pela contrapartida do sentimento nacionalista e das repercussões internacionais provenientes dele.

É mister observar que a busca pela identidade e unidade nacional foi o fato norteador da crise em que mergulharam os países que passaram a pertencer à Iugoslávia, um Estado que desde sua criação estava condenado a sofrer com dramáticas disputas entre povos. A importância em se ter em mente o exemplo da Iugoslávia está na necessidade de que seja discutida a necessidade de considerar a construção da identidade nacional de cada país na busca pela convivência pacífica dos povos. Esse é o único meio para que tragédias como a guerra civil Iugoslávia de 1990 e contendas que até hoje perduram, mesmo depois da criação de uma União Européia supra-estatal, possam ser evitadas.

Infelizmente, não houve tempo para que o debate sobre a linguagem fosse aprofundado como deveria, pois é a língua um elemento essencial para a união dos povos, tanto eslavos, quando de qualquer outra parte do mundo. Apesar de ter sido aqui apontada como fator demarcador de uma Nação, a análise específica do papel da língua nesse processo fica suspensa para estudos posteriores de complementação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. “Nacionalismo”. In: _____. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- APOSTOLOVA, Maria Stefanova. *Quem libertou o Gênio? Nacionalismo e Conflito Étnico na ex-Iugoslávia (1991-1995)*. Brasília: Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 1996.
- ARON, Raymond. “Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu”. In: _____. *As etapas do pensamento sociológico*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- BELLIGNI, Silvano. “Hegemonia”. In: BOBBIO, Norberto et. alli. *Dicionário de Política*. 5ª ed. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.
- CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a “Invenção da Tradição”, c. 1820 a 1977. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- COLLIVA, Paolo. “Império”. In: BOBBIO, Norberto et. alli. *Dicionário de Política*. 5ª ed. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.

GELLNER, Ernest Gellner. “Nação”. In: Outhwaite; Bottomore. *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GIDDENS, Anthony. *Capitalism and Modern social theory – An analysis of the writings of Marx, Durkheim and Marx Weber*. New York: Cambridge University Press, 1974.

GOZZI, Gustavo. “Estado Contemporâneo”. In: BOBBIO, Noberto et. alli. *Dicionário de Política*. 5ª ed. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.

HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HEGEL. “O ensino da Filosofia”. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 2ª ed.

HOBSBAWM, Eric. Introdução – A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KROEBER, Alfred. *Estudos de organização social*. In: LARAIA, Roque de Barros (Org.).

Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEFORT, Claude. “Nação e soberania”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise do Estado-nação*.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LÖWY, Michael. “Nacionalismo e a nova desordem mundial”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A*

crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MABBOTT, J.D. *O Estado e o cidadão: uma introdução à filosofia política*. Rio de Janeiro:

Zahar Editores, 1968.

MALLOY, Fran; HERSHEY, Amos Shartle. *Handbook for the Diplomatic History of Europe,*

Asia, and Africa 1870-1914. National Board for Historical Service. Washington:

Government Printing Office, 1918.

MARÉS, Carlos Frederico. “Soberania do povo, poder do Estado”. In: NOVAES, Adauto (Org.).

A crise do Estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORLINO, Leonardo. “Estabilidade Política”. In: BOBBIO, Norberto et. alli. *Dicionário de*

Política. 5ª ed. São Paulo: Editora UnB, 2004. v. 2.

OLIC, Nelson Bacic. *A desintegração do Leste – URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. 11ª ed. São

Paulo: Moderna, 1993.

PROENÇA, Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador G. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio

de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ROTHSCHILD, Joseph. *East Central Europe between the Two World Wars*. Seattle: University of Washington Press, 1974.

SADEK, Maria Tereza. “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù”. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os Clássicos da Política*. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997, v. 1.

SETON-WATSON, Hugh. *Nations and States: an enquiry into the origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Colorado: Westview Press, 1977.

TAYLOR, Edmond. *The Fall of the Dinasties: the collapse of the world order 1905–1922*. Nova Iorque: Doubleday & Company, 1963.

TOLSTOI, Leão. *A anexação da Bósnia e da Herzegovina pela Áustria*. Lisboa: A Editora, 1909.

TYLOR, Edward. *Primitive Culture*, 1871. In: LARAIA, Roque de Barros (Org.). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VIOTTI, Paul R. & KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond*. 3ª ed. Estados Unidos: Longman Publishers, 1999.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BIEGA, Bill. *Two Thousand Years of the Modern Era in Central & Eastern Europe*. Parte 5: 19th and 20th Centuries - Struggles for Freedom.

Disponível em: <<http://www.biega.com/history.html#TOC>> Acesso em: 27 de maio de 2005

BRANCO, Eustáquio L.C.. *Bálcãs – Eterna Instabilidade Político-Geográfica*.

Disponível em: <<http://www.eduquenet.net/balcas.htm>> Acesso em: 21 de julho de 2005.

KRAMER, Paulo. W., *de Woodrow?*

Disponível em: <http://www.congressoemfoco.com.br/artigos/kramer/artigo_160205.aspx>

Acesso em: 21 de julho de 2005.

SCHILLING, Voltaire. Iugoslávia.

Disponível em: <<http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/iugoslavia.htm>>

Acesso em: 31 de maio de 2005.

SCHILLING, Voltaire. *Primeira Guerra Mundial*.

Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/primeira_guerra.htm>

Acesso em: 19 de julho de 2005.

SCHILLING, Voltaire. *Sarajevo*.

Disponível em: <<http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/sarajevo.htm>> Acesso em: 31 de maio de 2005.

ANEXOS



From: TAYLOR, Edmond. *The fall of the Dynasties: the collapse of the world order 1905-1922*. Nova Iorque: Doubleday & Company, 1963. p. 71.

A EUROPA CENTRO-ORIENTAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX



Fonte: *Atlas Politique du XII^eme Siecle*, p. 31. In: OLIC, Nelson Bacir. *A desintegração do Leste - URSS, Iugoslávia, Europa Oriental*. 11ª ed. São Paulo: Moderna, 1993. p. 23.

A EUROPA CENTRO-ORIENTAL APÓS OS TRATADOS DA PRIMEIRA GUERRA (1923)



Fonte: *Atlas Político do XXII Século*, p. 31. In: OLIVEIRA, Nelson Bacur. *A desintegração do Leste - URSS, Iugoslávia, Europa Oriental* 11ª ed. São Paulo: Moderna, 1993, p. 24.

DISTRIBUIÇÃO APROXIMADA DOS GRUPOS ÉTNICOS NO TERRITÓRIO IUGOSLAVO

